



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCAS BITTENCOURT DE SOUZA

JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA SOB O OLHAR DOS JOVENS
PARTICIPANTES DO PROJETO JOVEM APRENDIZ

FLORIANÓPOLIS

2014

LUCAS BITTENCOURT DE SOUZA

**JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA SOB O OLHAR DOS JOVENS
PARTICIPANTES DO PROJETO JOVEM APRENDIZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social do Centro
Sócio Econômico da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social. Orientadora: Prof^ª. Dr. Vania Maria
Manfroi.

FLORIANÓPOLIS, 2014

LUCAS BITTENCOURT DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora

Profª. Dra. Vania Maria Manfro
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC



Examinadora

Profª Dra. Carla Rosane Bressan
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC



Examinadora

Profª. Me. Daniele Cima Cardoso
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC



Examinador

Profª. Me. Arnaldo Xavier
Professor do Departamento de Serviço Social – UFSC

Florianópolis, 18 de julho de 2014.

Um ficar,
Dois “bagunçar”,
Três piercings,
Quatro tatuagens,
Cinco malandragens,
Seis maluquices,
Sete vandalismos;
Será que é só isso?

Estamos na política,
Na educação,
Na saúde,
Na contramão...
Sofrendo o preconceito
Da generalização
Da imagem
Do jovem desta geração.

Temos quase tudo...
Mas falta o importante!
Impacto causamos,
A atenção chamamos,
Queremos nosso espaço;
Queremos igualdade,
Queremos de verdade
Ser jovens cidadãos.

Carlos Henrique Ferreira da Silva

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de agradecer àqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para construção deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, exemplos de caráter e dedicação, sem eles nada disso seria possível.

Ao melhor irmão que alguém poderia ter, Milton, que logo passará por uma etapa totalmente nova em sua vida. Ele estará longe de casa, porém, com a certeza que nosso pensamento o acompanhará em todos os momentos.

A minha orientadora, professora Vania Maria Manfroi, por acreditar no meu potencial, obrigado por toda dedicação.

A todos da Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor, em especial para Ana Paula Balthazer dos Santos, responsável pelo primeiro contato com a profissão. Sou grato pela experiência proporcionada.

A Marta Gomes, assistente social do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina – CIASC, por contribuir com meu aprendizado das mais variadas formas, seus ensinamentos me fizeram crescer como profissional e também como pessoa.

Aos amigos da Gerência de Licitações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, obrigado por fazerem parte da minha vida durante 3 (três) anos. Eles são pessoas incríveis, sentirei muita falta de todos.

Aos jovens que aceitaram participar desta pesquisa, obrigado por mostrar que a juventude é muito mais do que está nos livros. Sem a participação deles, com certeza, este trabalho não seria o mesmo.

Por fim, mas não menos importante, a minha namorada, obrigado pela paciência, amizade e por todo amor dedicado. Conhecê-la foi uma das coisas mais importantes que aconteceram em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto as concepções dos adolescentes-jovens do Projeto Aprendiz acerca da sua experiência juvenil. O objetivo geral do trabalho é apresentar quais são as concepções e vivências dos adolescentes-jovens do Projeto Aprendiz acerca da sua experiência juvenil no atual contexto histórico. Os objetivos específicos são: Analisar as concepções teóricas de juventude e adolescência, do ponto histórico e no atual contexto; Compreender o significado do termo juventude e juventudes; Discutir os desdobramentos do entendimento de juventude a partir das quatro concepções de juventude apresentadas por de Abramo (2005), sendo elas, a juventude como período preparatório, a juventude como etapa problemática, o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e a juventude cidadã como sujeito das políticas; Apresentar o perfil dos sujeitos da pesquisa quanto à idade, sexo, locais que os jovens gostam de frequentar, interesse por programas televisivos, acesso e mecanismo de acesso às redes sociais e estilo musical. Analisar a importância para os jovens-adolescentes participantes do projeto da escola, levando em consideração o interesse em prestar vestibular e tentar compreender o elevado índice de reprovação apresentado pelos mesmos. Avaliar como o esporte está vinculado com políticas de ocupação de tempo ocioso. Apresentar, segundo os jovens-adolescentes, os principais problemas que podem ser vinculados com juventude. Para responder a esse objeto foi necessário discorrer sobre as várias concepções de juventude(s) presentes em nossa sociedade, apresentando as diferenças adotadas para os termos juventude e adolescência, entendendo-se a juventude como algo mutável, e em constante transformação. Apresentam-se, também, quatro modos diferentes de se ver a juventude, com base no pensamento de Abramo. Trata-se, também, do crescimento de pesquisas acerca da juventude, principalmente nas áreas de humanas que se mobilizam tentando compreender o segmento juvenil, o que será apresentado na primeira seção do trabalho. A segunda seção apresentará a pesquisa empírica realizada com quatorze sujeitos participantes do projeto jovem aprendiz. Com relação à pesquisa, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, tendo como fonte de coleta de dados questionários semiestruturados. Em um primeiro momento, apresenta-se o perfil dos jovens participantes da pesquisa, para em seguida ser realizada uma análise mais detalhada das respostas. As principais conclusões a que o estudo chegou é que os sujeitos pesquisados associam o momento em que vivem à questão da responsabilidade; avaliam o momento em que vivem diferentemente dos seus pais que se inseriram precocemente no trabalho; todos acessam redes sociais, o que os caracteriza como geração y; a principal forma de lazer apresentada por eles é o shopping Center; o principal problema citado é o uso de drogas e a questão da educação aparece de forma contraditória, pois há uma valorização da escola, porém com alto índice de reprovação.

Palavras-chave: Juventude, adolescência, jovem aprendiz, problemas juvenis.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ONU – Organização das Nações Unidas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Percentual de idade dos sujeitos da pesquisa	40
Gráfico 2: Percentual de meninos e meninas participantes da pesquisa	41
Gráfico 3: Percentual de locais que os jovens frequentam nos períodos de folga, final de semana, feriado, etc	41
Gráfico 4: Percentual de jovens que assistem televisão	42
Gráfico 5: Percentual de locais que os jovens acessam as redes sociais	43
Gráfico 6: Percentual dos sujeitos da pesquisa que se consideram jovens ou adolescentes	44
Gráfico 7: Percentual de importância que os jovens veem sob a escola	45
Gráfico 8: Percentual de reprovação dos sujeitos da pesquisa	45
Gráfico 9: Percentual de jovens que pretendem fazer vestibular	46
Gráfico 10: Percentual de projeções futuras	47
Gráfico 11: Percentual de sujeitos da pesquisa que frequentam atividades esportivas ..	48
Gráfico 12: Percentual de problemas que os sujeitos da pesquisa vêm sob os jovens ..	50

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Ano de início do projeto.....	36
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZANDO AS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE	15
1.1. O que é juventude?	19
1.2. As questões e problemáticas sobre juventude(s)	25
1.2.1. A juventude como período preparatório	25
1.2.2. A juventude como etapa problemática	26
1.2.3. O jovem como ator estratégico do desenvolvimento	30
1.2.4. A juventude cidadã como sujeito das políticas	32
 2. A EXPERIÊNCIA JUVENIL SOB O OLHAR DOS SUJEITOS DO	
PROJETO JOVEM APRENDIZ	39
2.1. Contexto da pesquisa	39
2.2. Perfil dos sujeitos da pesquisa: quem é esse jovem?	40
2.3. O que é ser jovem ou adolescente para os sujeitos da pesquisa	43
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
 APÊNDICE	63
APÊNDICE I	64
APÊNDICE II	67

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso atende a um requisito do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, intitulado: **JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA SOB O OLHAR DOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROJETO JOVEM APRENDIZ**. O mesmo foi elaborado a partir do contato com a temática juventude no decorrer dos anos de graduação, sendo que a vivência de estágio desenvolvido no Centro de informática e Automação de Santa Catarina – CIASC, acompanhando diariamente as rotinas dos jovens participantes do projeto jovem aprendiz, instigou, ainda mais, o desenvolvimento do presente trabalho. Este trabalho está estruturado em duas seções, as quais explicaremos a seguir.

Esse trabalho se insere no contexto da aprovação do Estatuto da Juventude e do papel deste segmento nas políticas públicas o que coloca a necessidade do conhecimento não só da legislação como também da complexidade da situação juvenil hoje.

O presente trabalho tem como relevância a apresentação dos modos de vida dos jovens na atualidade, contribuindo para o conhecimento sobre os usuários dos projetos nos quais o Serviço Social está vinculado. O objeto deste são as concepções e vivências dos adolescentes-jovens do Projeto Aprendiz acerca da sua experiência juvenil no atual contexto histórico.

O objetivo geral do trabalho é apresentar quais são as concepções e vivências dos adolescentes-jovens do Projeto Aprendiz acerca da sua experiência juvenil no atual contexto histórico.

Os objetivos específicos são:

- Analisar as concepções teóricas de juventude e adolescência, do ponto histórico e no atual contexto;
- Compreender o significado do termo juventude e juventudes;
- Discutir os desdobramentos do entendimento de juventude a partir das quatro concepções de juventude apresentadas por Abramo (2005), sendo elas, a juventude como período preparatório, a juventude como etapa problemática, o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e a juventude cidadã como sujeito das políticas;

- Apresentar o perfil dos sujeitos da pesquisa quanto à idade, sexo, locais que os jovens gostam de frequentar, interesse por programas televisivos, acesso e mecanismo de acesso as redes sociais e estilo musical.
- Analisar a importância para os jovens-adolescentes participantes do projeto da escola, levando em consideração o interesse em prestar vestibular e tentar compreender o elevado índice de reprovação apresentado pelos mesmos.
- Avaliar como o esporte está vinculado com políticas de ocupação de tempo ocioso.
- Apresentar, segundo os jovens-adolescentes, os principais problemas que podem ser vinculados com juventude.

Na primeira seção realiza-se uma aproximação com a temática adolescência e juventude, conforme destacam Silva e Lopes,

o debate acerca das concepções dadas à juventude e à adolescência tem sua relevância primordial no fato de que, a partir de suas conceituações, serão retratadas e interpretadas suas formas de ser e estar no mundo, e, ainda, oferece parâmetros para a sociedade na organização, ou não, do cuidado a essas fases da vida, bem como influencia a maneira como são vistos os direitos e os deveres de adolescentes e jovens e quais são as ações sociais e políticas reivindicadas para atender a esses grupos populacionais. (2009, p.89)

Busca-se, portanto discutir qual a melhor nomenclatura a ser utilizada com relação à idade de que se está tratando, utilizando-se assim referências como o Estatuto da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e referências bibliográficas diversas, na tentativa de compreender qual é a melhor terminologia a ser utilizada. Dentre os vários autores utilizados no decorrer deste trabalho, os principais que discorrem sobre o tema e que foram utilizados são Abramo (1997, 2005), Dayrell (2003a, 2003b), Margulis (1996), Sposito (2003, 2006), dentro outros utilizados.

Em seguida será dada atenção às pesquisas acerca da temática juventude, mostrando que o jovem está cada vez mais em pauta em todas as sociedades, seja como alienado, consumista ou modificador; ou como problema, ou como solução ele também é visto como futuro da nação. Nota-se que, nos últimos anos, houve uma evolução de pesquisas acerca desta temática. Elas se debruçam, então, a tentar definir o que é e o que não é juventude, assim Dayrell (2003, p.41) afirma que “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são

históricos e culturais”, o mesmo autor ainda complementa “que juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação” (2003, p.41 apud PERALVA, 1997). Em virtude da dificuldade de se definir juventude, uma análise será realizada a partir de quatro concepções, sendo elas, a juventude como período preparatório, a juventude como etapa problemática, o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e a juventude cidadã como sujeito das políticas (ABRAMO, 2005).

Apesar de crescente, notamos que as pesquisas sob juventude são insuficientes no sentido de se compreender o segmento juvenil. Streck concorda afirmando que

a pesquisa sobre a juventude brasileira tem tido um impulso nos últimos anos com o movimento nacional de Políticas Públicas para a juventude, mas estamos longe de ter uma visão ampla e detalhada de estudos sobre o fenômeno juvenil como acontece em países do Atlântico Norte. Se na Alemanha, por exemplo, se festejou os 40 anos de pesquisa em juventude em 2003, no Brasil encontramos no início de uma caminhada. (STRECK, 2006 APUD, ZINNECKER, 2003)

Destaca-se, ainda, a falta de estudos sobre a temática no Serviço Social em nível nacional, apenas estudando a questão do ato infracional, tendo como exemplos, Liduína Silva (2005) e Sales (2007), dentre outros.

Para tentar responder aos questionamentos que surgiram no desenvolvimento da primeira seção, a segunda seção deste trabalho identifica-se por uma pesquisa realizada com 14 (quatorze) jovens participantes do projeto jovem aprendiz. O objetivo é realizar uma pesquisa empírica utilizando questionários respondidos pelos próprios jovens, ou seja, a pesquisa foi elaborada de forma estruturada, com questões abertas (apêndice 1), permitindo assim maior liberdade de expressão para quem estava respondendo aos questionários. A Pesquisa teve como objetivo identificar o perfil dos jovens participantes do projeto e, por fim, realizar uma análise mais detalhada de determinados itens do questionário, conforme expresso nos objetivos específicos.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e quantitativa de natureza exploratória, ou seja,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos

e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p.21)

As pesquisas qualitativas podem ser compreendidas então como um ótimo mecanismo de se investigar o fenômeno humano, buscando elementos teóricos que respaldem o seu item de estudo,

na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados. (CHIAPETTI, 2010 apud, TEIXEIRA 2006)

A realização desta pesquisa está resguardada pelos princípios éticos que regem a profissão, sendo que, os sujeitos da pesquisa por se tratarem de jovens com idade inferior a 18 (dezoito) anos, os responsáveis dos mesmos autorizaram sua participação através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice II).

Por fim, as considerações finais realizam uma reflexão a partir do conjunto de questões presentes neste trabalho, tendo como pontos principais de discussão o objeto de estudo proposto.

1. CONTEXTUALIZANDO AS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE

Antes de começarmos a discutir juventude, primeiramente temos que compreender sob os efeitos da lei quem são os jovens no Brasil. Segundo o Estatuto da Juventude¹, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

O Estatuto da Juventude ainda afirma que aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos deve aplicar-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, quando o mesmo não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. Diante do exposto é possível afirmar que o Estatuto da Juventude designa como jovem o indivíduo com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, já o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que os indivíduos com idade entre 12 (doze) anos completos e 18 (dezoito) anos são considerados adolescentes, porém autores como, Silva e Lopes afirmam que,

[...] a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos (2009, p.88 apud OMS/OPS, 1985).

Muitas vezes os termos “juventude” e “adolescência” são utilizados para tratarem do mesmo período, porém, autores como Augustin et al (s/d, s/p) afirmam que “é importante entender a diferença entre adolescência e juventude; já que ambas são frequentemente confundidas, quando não são usadas erroneamente como sinônimos.”. Mediante tal afirmação Coimbra et al (2005, s/p) afirmam que “a noção de adolescência emerge vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento

¹ O Estatuto da Juventude tem como função “reconhecer o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça” (BRASIL p. 6 e 7).

que todos passariam obrigatório e similarmente”, portanto a “adolescência surge como um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e biologizantes.”. Silva e Lopes (2009, p.88) dão continuidade à discussão concordando que “o termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva”. A adolescência seria então um período criado pelo homem, sendo que,

[...] fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas; vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna, ocidental, a adolescência (Ávila, 2005 s/p, apud Bock, 2004. p.10).

Diferentemente de adolescência que estaria ligado ao campo das teorias psicológicas, o termo juventude estaria ligado ao campo das teorias sociológicas e históricas, prevalecendo assim a leitura do coletivo. Ou seja, a juventude apenas poderia ser compreendida com os processos sociais mais gerais e também com sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo do tempo. (SILVA; LOPES 2009)

Como colocado por Coimbra et al. (2005), este trabalho não terá a pretensão de classificar como correta a utilização da denominação juventude ou adolescência, porém, assim como as autoras, utilizaremos jovem e juventude por acreditarmos que cada determinação está relacionada com um período da vida das pessoas, por fim

[...] sabemos que a simples troca de palavras, de adolescência para juventude, não nos garante a quebra de naturalizações, uma vez que, sendo o conceito de juventude uma construção social, pode também ser instituído e capturado. No entanto, a aposta nas multiplicidades e diferenças para questionar o conceito de adolescência pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e produções impostas por saberes que se apoiam em uma realidade normatizada, que eliminam a possibilidade do acaso e que se pretendem neutros. Quando definimos alguém como adolescente, podemos estar colocando em suspenso suas multiplicidades de existência e construindo uma definição que impede que os desenhos de novos fluxos e de vida ganhem força de expansão. (COIMBRA et al, 2005, s/p)

Pelo exposto acima, podemos afirmar que o termo juventude é mais amplo do que o de adolescência, pois o segundo é marcado por uma concepção biológica ou de uma fase psicológica e está carregado de preconceitos etários. Juventude é um termo

mais amplo, pois possibilita compreender os modos de vida de determinada geração em seu contexto histórico.

Não podemos esquecer, também, que no Brasil os adolescentes também foram historicamente considerados menores, devido a uma conduta considerada irregular, para a qual foi estruturado todo um sistema de políticas públicas de caráter correccional e repressivo. Essa concepção foi questionada no Estatuto da Criança e Adolescente, no entanto, ela ainda é forte na sociedade, se levarmos em conta todo o debate sobre a redução da maioridade penal.

Assim, diante do grande número de variações e opiniões contrárias acerca da temática, juventude e adolescência, este trabalho não entrará no mérito de afirmar a denominação correta que deve ser utilizada, nem a idade precisa, e sim tratará a juventude como um todo, como um processo de transição para a vida adulta, conforme utilizam Guimarães e Macedo (s/d p.3) afirmando que “os dois termos [adolescência e juventude] serão utilizados mantendo uma relação homogênea dos dois conceitos”, ou seja, os termos serão utilizados empregando o mesmo sentido.

Possuímos hoje um grande contingente de jovens, tanto em nível nacional, quanto internacional, apesar disto, Streck afirma que ainda

[...] falta um maior interesse por parte de pesquisadores ao fenômeno juvenil. As universidades pouco se empenharam com o assunto e em muitos cursos de educação, assistência social [sic] e sociologia, por exemplo, não há uma disciplina específica sobre o assunto Juventude. [...] Uma outra dificuldade ao falar sobre juventude é encontrar um conceito que defina a quem se refere. Em geral, as pesquisas tratam de crianças e adolescentes com um linguajar da área psicológica e educação. [...] falar em jovens pode remeter a pensar em “jovens trabalhadores rurais” ou os “jovens da igreja”. Provavelmente isso contribui para que o termo se torne menos usado em pesquisas acadêmicas. Um curso ou disciplina sobre o tema Juventude pode facilmente ser nomeado de Curso em Adolescência ao invés de Juventude e com isso atrair um público maior. (2006, p.03)

Nos últimos anos, embora ainda sejam insuficientes, notamos um número crescente de pesquisas acerca dos estudos sobre juventude, sendo que, fóruns, trabalhos, dissertações e teses são apenas alguns poucos exemplos nos quais este tema está sendo discutido, tentando assim compreender o jovem que se encontra “na escola, na rua, nas praças, manifestando suas práticas culturais por meio da dança, do teatro, do vídeo e tantas outras práticas” (ALMEIDA, 2010, p. 1).

A partir do momento em que os jovens começam a ganhar espaço na sociedade, independentemente de ser como problema ou como solução, é que começam a ganhar força as produções científicas sobre juventude no Brasil. Sendo que, um fato que chama a atenção é que as pesquisas acerca deste tema não são mais interesse exclusivo das áreas de conhecimento humano, os jovens estão sendo pesquisados por diversas áreas, ultrapassando as fronteiras profissionais, incluindo também órgãos e instituições públicos e privados bem como organizações não governamentais (HAYACHI et al, 2008).

Percebe-se, portanto, que as produções científicas sobre juventude se enriquecem a partir de fertilizações cruzadas e do diálogo entre a sociologia, a antropologia, a ciência política, a demografia, o direito, o serviço social, a economia, a saúde e a educação. Isto possibilita situar as mudanças e transições que afetam os jovens no campo educacional, o trabalho e desemprego, da sexualidade, da estrutura familiar, das questões éticas e de gênero. (2008, p. 135)

Silva e Lopes, ao se basearem nos dados da Organização das Nações Unidas (2009, p.88), citam que “cerca de 50% da população mundial possui até 25 anos. Há 1,2 bilhões de jovens no mundo e a próxima geração (crianças que atualmente têm idades inferiores aos 15 anos) poderá atingir números ainda maiores, em torno de 1,8 bilhões”. Porém, segundo dados demográficos,

[...] em 2010, 26% da população mundial era jovem; em metade dos países a porcentagem de jovens era inferior a 27% e, na outra metade, mais de 27% da população total era jovem. Em 70% dos países, a juventude representava 20% a 30% da população total. (BRASIL, 2013, p.13)

Mesmo que contraditório, podemos observar a grande parcela de pessoas que se incluem no perfil dos jovens não apenas no Brasil. Assim, conceituar o que é juventude não é tarefa fácil, já que estamos diante de uma faixa etária que se encontra em um contínuo processo de construção e mudanças, portanto, no próximo item, tentaremos demonstrar as principais questões que englobam os conceitos atribuídos à juventude.

1.1. O que é juventude?

É ter sonhos e lutar para alcançá-los, ter determinação e vencer obstáculos que muitas vezes encontramos pela frente².

É possível afirmar que falar de juventude hoje é reconhecer as várias diferenças e contextos existentes, ou seja, não é possível reconhecer a juventude como única, como algo pelo qual todos vão passar de forma igual. Neste sentido, é preciso compreendê-las como parte de um processo mais amplo de construção de sujeitos, que possuem suas características marcadas por um conjunto de variáveis que se produzem e reproduzem dentro de um contexto social. Podemos dizer então que não existe um roteiro para ser jovem, sendo que diversos fatores modificam e influenciam tal período. A única questão que deveria tratar toda a juventude da mesma forma, como igual, desconsiderando suas diferenças, seria tratá-los como sujeitos de direitos, reconhecendo-os como autores e ações e portadores de direitos, que necessitam e possuem o direito de políticas diferenciadas, rompendo com a ótica preconceituosa que cerca a juventude. Abramo complementa descrevendo que

[...] tomar os jovens como sujeitos de direitos significa, portanto, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de sua condição e a singularidade da sua experiência geracional; significa também olhar suas demandas como relevantes e pertinentes ao debate público. Exige, como aconteceu no caso das crianças e adolescentes, que se vá além da ótica que apreende os jovens como risco ou problema social, assim como da perspectiva que os situa apenas como sujeitos voltados para o futuro, negligenciando a sua vida e necessidades no presente. Implica, necessariamente, incorporar a participação de seus interlocutores (aqueles que expressam esta experiência e condição singular) nas disputas que definem as formulações sobre os direitos e sobre as políticas. Ou seja, significa abrir um debate público democrático sobre tal pauta de demandas e sobre o modo como podem e devem ser respondidas pelo estado e pela sociedade. (2006, s/p)

A juventude não é, não foi e nunca será igual, a juventude é algo que não deve ser classificado no singular como muitos fazem, devemos compreendê-la então como juventude(s) devido a sua imensa heterogeneidade, e assim afirma Mariani (2010, p. 22) ao colocar que “é importante tomar a ideia de juventude em seu plural, isto é, juventudes, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam o segmento

² Frase mencionada por jovem em pesquisa realizada com 14 (quatorze) jovens participantes do programa Jovem Aprendiz.

juvenil.”. Ainda seguindo esta linha, Esteves e Abramovay (2008, p.04) afirmam que “não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na sociedade.”, Sousa contribui para a discussão afirmando que

[...] falarmos em juventudes implica pensarmos um conceito carregado de ambiguidades próprias da condição de uma geração, relativamente, entre a faixa etária dos 14 aos 25 anos, que vive um momento intenso, no qual ocorrem transformações bastante marcantes na sua consciência de indivíduo, modificações não apenas no conteúdo da experiência que vive, mas no seu ajuste mental e espiritual. Ser jovem é viver um “contato original” com a herança social e cultural, constituído não apenas por uma mudança social, mas por fatores biológicos (2006, p. 10).

No mesmo sentido da autora citada acima, Almeida afirma que

[...] a juventude é atribuída como uma categoria social que torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Podemos então pensar esse grupo, como algo relativo que toma formas a partir dos comportamentos atribuídos por uma classe social, seja ela de etnia, nacionalidade, gênero, contexto histórico nacional e regional. (2010, p. 3 apud GROPPPO 2000)

Acerca da pluralidade da experiência juvenil, também Dayrell completa afirmando que

[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma (2003, p.42).

Já se contrapondo aos autores mencionados acima, Bourdieu (1983), que é citado por Pereira (2012), afirma que “a juventude é apenas uma palavra”, ou seja, segundo Pereira (2012, s/p), “Bourdieu compreende a categoria juventude sempre dentro de um critério etário e que, segundo ele, não faz sentido [analisar] isoladamente”. Essa afirmação de Bourdieu foi debatida por diversos autores, de forma favorável, ou questionadora, aqui citaremos a crítica de Margulis e Urresti que se contrapõem à afirmação de Bourdieu, pois, segundo os autores, a juventude não pode ser considerada única, sendo ela uma categoria histórica, e não algo biológico que pode ser definida a

partir de critérios etários. Os autores lançam, então, o ensaio “La juventud es más que una palabra” em visível contraponto à afirmação de Bourdieu. Em seu texto os autores afirmam que

[...] la edad aparece en todas las sociedades como uno de los ejes ordenadores de la actividad social. Edad y sexo son base de clasificaciones sociales y estructuraciones de sentido. Sin embargo, es evidente que en nuestra sociedad los conceptos generalmente utilizados como clasificatorios de la edad son crecientemente ambiguos y difíciles de definir. Infancia, juventud o vejez son categorías imprecisas, con límites borrosos, lo que remite, en parte, al debilitamiento de viejos rituales de pasaje [...] (1996, p.1)

Ou seja, para os autores, o componente etário é estruturado em cada sociedade, dependendo das relações sociais e culturais.

Assim, para o escritor argentino Margullis,

[...] no existe una única juventud: en la ciudad moderna las juventudes son múltiples, variando em relación con características de clase, el lugar donde viven y la generación a que pertenecen y, además, la diversidad, el pluralismo, el estallido cultural de los últimos años se manifiestan privilegiadamente entre los jóvenes que ofrecen un panorama sumamente variado y móvil que abarca sus comportamientos, referencias identitarias, lenguajes y formas de sociabilidad. (2001, p.42)

Se para os outros autores citados anteriormente é complexo definir um conceito de juventude, para Margulis poderia se definir o seu término, a partir do momento em que o sujeito passaria a assumir determinadas responsabilidades. Porém, essa definição deixaria de fora aqueles que, muitas vezes, nem chegariam a ser considerados jovens, por terem que assumir determinadas responsabilidades, como o trabalho precoce, por exemplo:

si la juventud tiene su límite superior en el momento en que el joven se inserta en la actividad económica y se independiza del hogar de sus padres, iniciando su propia familia, entonces quedarían fuera de esa categorización muchas personas pertenecientes a sectores sociales de bajos ingresos, en los que no es frecuente proseguir los estudios y, en cambio, se inicia a temprana edad la vida laboral. (2001, p44)

Os autores Margulis e Urresti contribuem também com a concepção de moratória social, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa o termo moratória quer dizer “aumento de prazo concedido pelo credor ao devedor para pagamento de uma

dívida” (Bueno, 2001). Evidente que não é este tipo de moratória acerca do qual discutiremos neste trabalho, porém, tal definição nos auxilia a compreender os aspectos da moratória social. Ou seja, seria um tempo a mais, um tempo livre, concedido a determinados jovens, sendo que a responsabilidade de entrar no mundo adulto seria adiada e, dessa forma, adiando o trabalho e as dívidas (CALIARI, 2009). Margulis contribui afirmando que

[...] la noción de "moratoria social" alude a un plazo concedido a cierta clase de jóvenes, que les permite gozar de una menor exigencia mientras completan su instrucción y alcanzan su madurez social y económica. Es un período de permisividad, una especie de estado de gracia, una etapa de relativa indulgencia, en que no les son aplicadas con todo su rigor las presiones y exigencias que pesan sobre las personas adultas. (2001, p.43) [...] La moratoria trae consigo la postergación del matrimonio y del ingreso en la actividad económica y está asociada con una definición implícita de juventud, que tiene su límite superior, su techo, en la etapa en que la persona forma su propio hogar, comienza a obtener ingresos, se casa e inicia una nueva unidad familiar (2001, p 43-44).

Margulis, em parceria com Urresti, ainda contribui mais uma vez para definição de moratória social ao colocar que

La moratoria social alude a que, con la modernidad, grupos crecientes, pertenecientes por lo común a sectores sociales medios y altos, postergan la edad de matrimonio y de procreación y durante un período, cada vez más prolongado y tienen la oportunidad de estudiar y de avanzar en su capacitación en instituciones de enseñanza que, simultáneamente, se expanden en la sociedad. Este tiempo intermedio abarca a grupos numerosos que van articulando sus propias características culturales. [...] Desde esta perspectiva, sólo podrían ser jóvenes los pertenecientes a sectores sociales relativamente acomodados. Los otros carecerían de juventud. La moratoria social propone tiempo libre socialmente legitimado, un estadio de la vida en que se postergan las demandas, un estado de gracia durante el cual la sociedad no exige. (s/d, p. 3-4)

Diante do mencionado pelos autores, observávamos em décadas anteriores tal período bem delimitado, sendo que, principalmente o filho homem sairia de casa em busca da independência financeira e de uma esposa para ser a “dona de casa”; porém, hoje, em virtude de diversos fatores, observamos a saída da casa dos pais, o matrimônio e a escolha em possuir filhos cada vez mais tardios.

Dentre os motivos que fariam determinada classe social alongar seu período de juventude, pode-se destacar a fragmentação do trabalho, ou seja, cada vez o mercado de trabalho exige uma maior capacitação por parte dos profissionais, aumentando assim o tempo de escolarização e consequentemente o período em que os jovens ficaram sobre a tutela dos pais, ou seja, “a fórmula utilizada por seus pais já não é válida para construir um futuro profissional promissor. Em sua maioria, não são mais os mesmo passos dos pais que deverão ser seguidos pelos jovens.” (CALIARI, 2009, p.48), e assim concorda Camarano et al

[...] se é verdade que a escolarização não é mais suficiente para se conseguir emprego e uma posição mais confortável na escala social, também é verdade que ela é hoje, no mínimo, uma condição necessária para que qualquer indivíduo possa ter maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, essa condição já garantiu no passado recente a certeza de ascensão social para muitos jovens. O processo tradicional de transição escolarizar-se, entrar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar-se e ter filhos não ocorre hoje, necessariamente, nessa ordem. (2004, p.18)

Margulis contribui mais uma vez afirmando que

[...] la moratoria tiene que ver con la necesidad de ampliar el período de aprendizaje, y por ende refiere sobre todo a la condición de estudiante. Es una etapa que media entre la maduración física y la madurez social y no alcanza a la totalidad de la población de cierta edad: remite sobre todo a las clases medias y altas cuyos hijos, en proporción creciente, se fueron incorporando a estudios universitarios, incluyendo, en épocas más próximas, la demanda de estudios de posgrado, cada vez más prolongados. (2001, p.43)

Margulus e Uresti afirmam, porém, que o tempo livre e a menor exigência para atingir determinadas finalidades não é fator pré-determinante para que ocorra a moratória social, já que a moratória social elimina da condição de juventude aqueles jovens de classes sociais mais baixas, que mais cedo entrariam no mercado de trabalho, ou mais cedo tentariam entrar, e que mais cedo assumiriam obrigações familiares como o matrimônio e filhos. Assim, os autores afirmam que,

[...] muchos jóvenes de clases populares (y también adultos) gozan de abundante tiempo libre: se trata del tiempo disponible en virtud de la falta de trabajo, que aqueja intensamente a los sectores jóvenes. Este tiempo libre no puede confundirse con el que surge de la moratoria

social: no es tiempo legítimo para el goce y la ligereza, es tiempo de culpa y de congoja, es tiempo de impotencia, una circunstancia desdichada que empuja hacia la marginalidad, la delincuencia o la desesperación. (s/d, p. 5)

Caliari ainda complementa afirmando que

[...] a partir desse ponto de vista, as classes populares estão longe de ascender à ‘moratória social’. Pelo que se define como condição juvenil, não está ao seu alcance ser jovem, principalmente porque o tempo livre do jovem pobre é visto como um tempo vazio, sem rumos e que precisa ser ocupado a qualquer preço. (CALIARI, 2009, p.50)

Apesar dos jovens de classe sociais mais baixas não fazerem parte do conceito de moratória social, também não se pode eliminar tais indivíduos do conceito de juventude já que,

[...] independientemente de su condición socioeconómica, hay integrantes de las clases populares que son jóvenes porque ocupan el lugar "joven" en la familia a la que pertenecen. Porque son hijos y no padres o madres. Porque tienen un capital biológico que se expresa en vitalidad y posibilidades que emanan del cuerpo y la energía, y porque están situados en la vida contando con que tienen por delante un tiempo de vida prolongado -del que los adultos mayores no disponen- para la realización de sus expectativas. Son jóvenes porque están psicológicamente alejados de la muerte, separados de ella por sus padres y abuelos vivos, que teóricamente los precederán en ese evento. La juventud es también vivencia compartida por los coetáneos, una manera de estar en el mundo. Son jóvenes para sí mismos porque sienten la lejanía respecto de la vejez y de la muerte, y porque lo son para los otros, que los perciben como miembros jóvenes, nuevos, con determinados lugares y roles en la familia y en otras instituciones: su juventud es ratificada en la vida cotidiana por la mirada de los otros. La juventud es, por ende, una condición relacional, determinada por la interacción social, cuya materia básica es la edad procesada por la cultura. (MARGULIS, 2001, p. 45)

Outro conceito de moratória bastante discutido pelos autores seria a moratória vital que, ao contrário da social, existiria para todas as classes sociais. Pereira (apud MARGULIS e URRESTI, 1996) afirma que tal moratória refere-se a

[...] um período da vida em que se possui um excedente temporal, um crédito, algo que se tem economizado. Um elemento que se tem a mais e do qual se pode dispor que os não jovens teriam mais reduzido: um certo “capital temporal” ou “capital energético”. Daí a sensação de invulnerabilidade que caracteriza os jovens, sua sensação de segurança: a morte está longe, é inverossímil, pertence ao mundo dos outros, às gerações que os precederam. (2012, s/p)

Diversos autores se debruçaram sobre o tema tentando definir o conceito juvenil, muitos se assemelham em suas definições, porém outros trazem consigo conceitos novos, e justamente isso é juventude: um pluralismo de ideias e concepções que marcam uma etapa em constante modificação. Hayashi et al contribuem afirmando que “do ponto de vista da fundamentação teórica partiu-se do entendimento de que a categoria *juventude* abrange diferentes concepções e suas definições são constituídas por critérios históricos e culturais.”. Assim Hayashi et al concordam com Pais (1993) ao afirmar “que a juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, sujeita a modificar-se ao longo do tempo.”. Por fim compreendemos então que

a definição de jovem, por trazer em sua essência conceitos que não são universais e estáticos, permite diferentes entendimentos, variáveis no tempo e de acordo com o que é estabelecido como sendo o papel da juventude em uma dada sociedade. (BRASIL, 2013, p.12),

Percebe-se uma dificuldade única de juventude, pois os fatores físicos e biológicos já não conseguem determinar com precisão o início e o término da juventude como ocorreu durante anos em nossa sociedade, e não há também um consenso na literatura consultada, já que a juventude é um fenômeno cultural, econômico e político em constante mudança. Por isso é importante discutir, a partir, desse momento, as concepções de juventude.

1.2. As questões e problemáticas sobre juventude(s).

Abramo (2005), baseando-se em Dina Krauskopf, afirma que há quatro concepções diferentes de juventude, sendo elas: A juventude como período preparatório, A juventude como etapa problemática, O jovem como ator estratégico do desenvolvimento e A juventude cidadã como sujeito das políticas, das quais analisaremos a seguir.

1.2.1. A juventude como período preparatório

Nesta abordagem, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto. (ABRAMO 2005, p. 20)

Durante esse período a juventude estaria se preparando para a fase adulta, caracterizando-se pela transição da dependência infantil e a independência da vida adulta, passando por modificações não apenas corporais, mas também sociais e culturais. Durante esse período os ciclos de amizade vão se modificar, novos relacionamentos amorosos vão surgir e com eles a expectativa do matrimônio, a chegada dos filhos e conseqüentemente o anseio da casa própria.

Apesar das modificações causadas por tal período de transição, observamos uma parcela da juventude entrando cada vez mais tarde em tal fase transitória, sendo que tal momento é caracterizado por Margulis e Urresti como moratória social, como já foi caracterizado anteriormente.

Durante anos o período em que o sujeito era considerado jovem, por ser um momento preparatório era muito bem delimitado, talvez até podendo ser denominado de período transitório, em virtude de este estar avançando para a fase adulta. Porém, em virtude das modificações sociais, a juventude passou a se transformar rapidamente e agora muitos daqueles jovens que estavam avançando para a fase adulta permaneceram sob a tutela dos pais, prolongando por tempo indeterminado sua juventude, ou seja, num momento de crise do capitalismo e desemprego juvenil a tendência é a permanência da tutela dos jovens pelos pais.

Assim, decorrente dessa concepção, as políticas públicas voltadas para os jovens seriam a educação e a preparação para a entrada no mercado de trabalho.

Abramo (2005) assinala, ainda, que a juventude também pode ser vista como um período de turbulência, de desvios, que nos remete a concepção a seguir.

1.2.2. A juventude como etapa problemática

Nesta perspectiva, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. (Abramo 2005, p.20)

Nesta perspectiva, a juventude é reconhecida como delinquente³ e problemática, assim, no momento em que o crime e a violência se tornam questão pública na sociedade são comuns as ligações que associam o jovem à violência. Ser jovem aparece então como sinônimo de ameaça, principalmente daqueles jovens de classes sociais advindas dos setores subalternos (ADORNO, 2010).

Pode-se destacar que talvez este tenha sido um dos períodos mais marcantes para a juventude, já que a partir do momento que os jovens são considerados um problema para sociedade, é que passam a ser o foco dos estudos sociológicos, das políticas educacionais (a ampliação do ensino superior, por exemplo), bem como da repressão estatal.

Abramo (1997) contribui afirmando que a questão da juventude como etapa problemática é algo histórico. Assim, “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade” (p. 29).

É necessário destacar que nem sempre a juventude foi caracterizada como problema social, por ser uma categoria marcada por transformações, a juventude já esteve presente com outros significados nos mais variados períodos históricos da sociedade, até numa revisão romântica e idealizada e também problemática. Alves 2008 afirma que por vezes essa categoria já foi “carinhosamente” apelidada de “utópicos, irreverentes, militantes, de força, que agindo sobre a sociedade é capaz de influenciar o seu desenvolvimento, no entanto, é a imagem dos jovens-problema que prevalece”. (2008, p. 20-21)

Apesar dos diversos adjetivos positivos mencionados, no momento é o de jovem problema que ganha força em todos os segmentos da sociedade, assim, aliado ao

³ Zappe & Dias apud Volpi contribuem com a discussão ao colocar que, no Brasil, “a denominação utilizada na legislação pertinente é adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 1990), enquanto o termo delinquência juvenil tem sido internacionalmente utilizado para se referir a esses casos. É importante destacar a inexistência de concordância quanto à nomenclatura mais adequada a ser utilizada. Volpi (1997) discute essa questão, salientando que o aspecto principal a ser considerado é que se trata de adolescentes, ou seja, sujeitos em especial condição de desenvolvimento, devendo-se evitar expressões como adolescente infrator, ou, o que seria pior, menor infrator, pois estas são terminologias com forte conotação ideológica. O termo delinquência juvenil, por sua vez, remete a uma entidade, uma síndrome, ou seja, um quadro relativamente estável, o que também contraria o caráter de provisoriedade da adolescência como um momento peculiar do desenvolvimento. O risco que se corre ao utilizar essas terminologias corresponde à redução da vida e da identidade do adolescente ao ato infracional cometido” [...] (2010, p. 83).

[...] consumo de drogas e de álcool, a delinquência, a criminalidade, os comportamentos de risco são alguns dos problemas que invadem os discursos sobre a população juvenil e influenciam a investigação no domínio da sociologia da juventude. Uma das versões mais difundidas da juventude é aquela que a concebe como um problema social e que, à semelhança do que acontece noutros países, projecta uma imagem deste grupo como ameaçador para a sociedade, imagem essa largamente difundida por alguns meios de comunicação social. (ALVES p.50)

Silva e Machado (2012) afirmam que os estudos acerca dos jovens considerados problemas começaram a merecer um interesse maior por parte dos estudiosos a partir do início do século XIX em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América.

No Brasil, os estudos sobre o “jovem problema” passam a merecer atenção em 1950, quando as manifestações juvenis começam a se destacar na sociedade. A partir deste momento, em cada década, a juventude é caracterizada de uma forma, sendo que na década de 1950, os jovens ficaram conhecidos como rebeldes sem causa ou juventude transviada, em virtude das constantes manifestações e delitos em que estavam envolvidos. (MACHADO, 2004)

Ainda, em referência à década de 1950, é neste período que os delitos cometidos pelo segmento juvenil começam a ultrapassar as questões de classe, ou seja, os delitos ou manifestações cometidos pela juventude já não estavam associadas somente à determinada classe social. Abramo contribui afirmando que

[...] nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas grandes metrópoles, as “classes perigosas [...] e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária. (1997, p.30)

Partindo para as décadas de 1960 e 1970, o jovem ainda aparece como ameaçador da ordem social, porém agora de outro modo. Neste período, o jovem estava inserido nos planos políticos, culturais e morais, em virtude de suas atitudes de crítica à ordem estabelecida e pelas constantes tentativas de transformação societária. Tais tentativas se manifestavam através dos “movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos

pacifistas, as proposições da contracultura, o movimento *hippie*.” (ABRAMO, 1997, p.30)

Nessa década, a juventude pode ser caracterizada então como portadora da possibilidade de mudança social. Nessa direção, Abramo afirma que

[...] no Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento — sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc) como por suas idéias e ações políticas. (1997 p.31)

Em comparação com a década anterior, a década de 1980 é marcada por uma geração que se nega o papel de protagonista social, uma geração que não assume o papel de inovador e é considerada, por vezes, como geração alienada. Diferente da década anterior quando foi caracterizada como participativa e mobilizadora, a juventude da década de 1980 passa a ser caracterizada por sua “incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social”. (ABRAMO, 1997, p.31)

Na década de 1990 a visibilidade social dos jovens novamente se modifica em relação à década anterior. Abramo (1997) chama a atenção de que nessa década já não é mais a “apatia e desmobilização que chama a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas” (p.31). A juventude volta a ser marcada então como protagonista de problemas sociais, caracterizada mais do que nunca pela violência e pelos desvios, assemelhando-se assim às características juvenis da década de 1950. Abramo afirma então que

[...] nos anos 90 as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que aparecem nas ruas, divididos entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos; e, principalmente, jovens em “situação de risco” (risco para si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo, são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadoras dos nossos tempos. (1997, p.33).

Um fator determinante para década de 1990 volta a ser caracterizada pela violência juvenil, estaria ligado ao elevado número de desemprego que marcava a juventude da época. Dayrell e Carrano (apud POCHMANN, 2000) afirmam que o “desemprego juvenil aumentou na década de 90 numa proporção superior ao desemprego total” (p.7). Assim “o sentimento de fracasso que acompanha o jovem que procura trabalho remunerado e não consegue, representa uma porta aberta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime” (DAYRELL; CARRANO, 2003, p.7).

Ficou evidente que, no decorrer desses anos, o jovem passou a ser caracterizado como violento em virtude de suas transgressões. Dessa forma, a década de 1990 ficou marcada por uma década dupla para os jovens, porque, além de ser marcada pelas agressões cometidas pelos chamados “jovens delinquentes”, ficou marcada também pelo crescente número da mortalidade juvenil. Dayrell e Carrano (2003) afirmam que os “homicídios, transformaram-se em verdadeira epidemia de violência que incide diretamente sobre a população jovem dos setores mais marginalizados social e economicamente da sociedade brasileira”.

Assim, a ideia de jovem como problema que se inicia nos anos 1950 permanece até hoje, pautada, especialmente nos índices de violência juvenil da atualidade.

Como terceira concepção analisada, Abramo (2005) apresenta a juventude no sentido do protagonismo e participativo, conforme segue.

1.2.3. O jovem como ator estratégico do desenvolvimento

A visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais. (ABRAMO, 2005, p.21)

O jovem pode ser reconhecido como protagonista juvenil por estar envolvido em questões que vão além do ser meramente jovem. O Jovem como ator estratégico do desenvolvimento está relacionado com o envolvimento juvenil nas transformações sociais, ou seja, o jovem como cidadão ativo e participativo nas mais diversas decisões como: sociais, políticas, econômicas e culturais. Santos e Oliveira (2012) contribuem afirmando que o protagonismo juvenil pode ser entendido como “um tipo

de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais nos quais o jovem é sempre o ator principal.” (s/p)

A *participação social* está vinculada à influência nos espaços e nas organizações da comunidade e da sociedade, como a participação em grupos acadêmicos, nos clubes, nas associações esportivas e nos bairros. Quando se fala em *participação política* o jovem está inserido em tal meio através do voto, nas campanhas e nas eleições e também pela organização de manifestações com o foco de influenciar decisões políticas. A *participação econômica* reflete a inserção no mercado de trabalho, o pagamento de impostos, o consumo e também a participação nos sindicatos de trabalho. Por fim, a *participação cultural* relaciona-se com a organização de atividades culturais, artísticas ou religiosas e também com o contato com outras culturas⁴.

Tashiro e Trufem afirmam então que participar de tais ações sociais, políticas, econômicas e culturais

[...] despertam e estimulam a criatividade, reforçam a segurança e a autonomia do jovem, porém sua participação não pode se dar apenas na conclusão de decisões, pois todo o processo de desenvolvimento de ações deve contar com a participação do juvenil. Um ponto crucial para que o protagonismo se efetive é a espontaneidade com que o jovem deve atuar. (2009, p.8)

Mais importante do que reconhecer o jovem como ator estratégico do desenvolvimento é levá-lo a se reconhecer como tal, já que em diversos momentos o jovem foi visto com preconceito pela sociedade por estar constantemente relacionado a problemas sociais, por isso é necessário então iniciar um processo de empoderamento⁵ juvenil para que o mesmo se sinta útil, responsável e capaz de mudar a sociedade. Um dos caminhos para que isso ocorra é mudar nossa maneira de entender os jovens e de agir em relação a eles. Para isso, temos de começar mudando a maneira de vê-los. Os jovens devem, então, começar a serem vistos como solução e não como problema. (COSTA, s/d).

⁴ Definições utilizadas pelo portal Info Jovem. <http://infojovem.org.br/infopedia/centro-de-recursos/participacao-juvenil/> Acesso em: 21/05/14

⁵ Há uma crítica sobre a temática do empoderamento no Serviço Social, porém não entraremos nessa polêmica. Para uma melhor compreensão do tema é indicada a leitura do texto Problematizando o Conceito de Empoderamento de Rodrigo Rossi Horochovski e Giselle Meirelles.

A concepção de protagonista juvenil de modo geral se efetiva quando o jovem é envolvido por escolha própria na busca de soluções de problemas, e que, em virtude desse envolvimento venha a formular e construir ações que respondam a tais problemas. Gonzales e Guareschi destacam então que

[...] o jovem, para ser protagonista, deve atuar como fonte de iniciativa, na medida em que é dele que parte a ação de liberdade, uma vez que, na origem das ações, está uma decisão consciente de um compromisso manifesto. Ainda, a disposição de responder a interesses na resolução de problemas sociais deve se apresentar como um quadro de participação genuína no contexto escolar, social e comunitário. (2009 apud COSTA 1999, 2002p. 51).

Concordamos com Abramo (2005), quando a autora destaca o problema que tal protagonismo juvenil pode vir causar, pois, segundo a autora, é necessário cuidar da "carga" depositada sobre os jovens, ou seja, a juventude aparece como aposta para a solução de problemas das comunidades, sem que suas necessidades sejam devidamente consideradas. É necessário cuidar então para que os jovens protagonistas não se tornem alvo de interesse público somente na medida de suas contribuições participativas. Tashiro e Trufem contribuem afirmando que

[...] em hipótese alguma o jovem deve ser manipulado, mas sim estimulado, incentivado, aconselhado, para que não ocorra o que se nota em muitas partes do Brasil e da América Latina onde a participação jovem se dá de forma sem autenticidade. (2009, p.8)

O jovem como ator estratégico significa, portanto, a participação juvenil na sociedade em que está inserido. Esse é um tema complexo que pode ser entendido como um processo em que os jovens buscam influenciar e compartilhar o controle e a responsabilidade das decisões e do destino dos recursos que lhes afetam. Porém, também é necessária atenção para que os mesmos não sejam manipulados em atividades que não contribuam para o seu crescimento.

Como última concepção de juventude, Abramo vai problematizar a questão dos jovens na relação com as políticas públicas.

1.2.4. A juventude cidadã como sujeito das políticas.

Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser

considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 90, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. (ABRAMO 2005, 22)

Como já comentado em outras oportunidades, a juventude é marcada por um período de grandes transformações, ora é considerada problemática, ora protagonista de mudanças, já em outros momentos é marcada como coadjuvante e alienada.

Em virtude destas constantes mudanças, a juventude necessita também de políticas públicas, ou políticas de juventude que se ajustem às constantes transformações passadas pelos jovens. É necessário então desenvolver políticas para juventude, reconhecendo suas necessidades específicas, levando em conta suas diferenças frente às outras camadas da sociedade, garantindo assim a plena cidadania juvenil. A cartilha de Políticas Públicas de Juventude aponta então que,

[...] o reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social. (2013, p.8)

As principais preocupações com as políticas públicas na América Latina destinadas à juventude ganharam expressão a partir da década de 1970, influenciadas por organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e a Organização das Nações Unidas - ONU e governos europeus. As políticas ganharam expressão a partir da década de 1970, porém, as preocupações acerca desta temática já se manifestaram antes mesmo da década de 1950, em virtude da inserção dos jovens no ensino primário e médio. A educação pode ser considerada então uma das principais políticas destinadas a jovens na busca da incorporação social, considerando a constante exclusão social pela qual passavam os jovens, acarretando, assim, um investimento em educação e constituindo um importante mecanismo de ascensão social. Porém, com o tempo, tal política veio a perder força em virtude da má qualidade de ensino. (KERBAUY, 2005).

Sposito e Carrano (2003, apud ABAD 2002), complementam afirmando que,

[...] a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto.

Pode-se dizer então que os países latino-americanos preocuparam-se com a profissionalização dos jovens e sua ocupação em virtude dos constantes problemas sociais em que estavam envolvidos, pois, como já foi destacado por Abramo (2005), a juventude aparece como uma categoria propensa aos desvios em virtude de sua faixa etária, ou seja, “a ocupação do tempo livre, pelos jovens, era incentivada, criando-se muitas oportunidades para isso, sob o pressuposto de que boa utilização do tempo faria evitar a adoção, pelos jovens, de condutas consideradas censuráveis, pelo mundo adulto” (KERBAUY, 2005, p.197).

No Brasil, a situação dos jovens não era muito diferente, já que o Código de Menores de 1927, também conhecido como código de Mello Mattos, trazia em seu arcabouço elementos de proteção aos jovens contra os perigos e ameaças que poderiam levá-los a desviarem do caminho do trabalho e da ordem. Tal código esteve em vigor até o final de década de 1970, quando acabou extinto em virtude das constantes críticas que eram feitas ao mesmo. (KERBAUY, 2005)

Já em 10 de outubro de 1979 é sancionado o novo Código de Menores que trazia em seu artigo 1º como referência a assistência, proteção e vigilância a menores⁶, que instituiu a doutrina de situação irregular. Porém, tal código que posteriormente veio a dar lugar para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “já surgiu defasado para sua época, pois constituía o prolongamento da filosofia menorista do Código de Mello Mattos, do início do século XX”. (SILVA, 2005, p.32).

É notável que, durante um longo período de tempo, grande parte das políticas destinadas à juventude eram focalizadas nos considerados jovens “infratores” e aqueles que viviam em uma condição social que poderiam vir a ser considerados “infratores” em potencial.

⁶ Principalmente no Brasil, para esses jovens em situação de vulnerabilidade, considerados problema e que ocorriam em delitos criasse uma nova denominação, eles não são mais considerados crianças, adolescentes ou jovens como já foi discutido neste trabalho, agora todo este período, independente da idade é tratada como **menor**, Londoño afirma então que, “Na passagem do século, *menor* deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças abandonadas ou que incorriam em delitos”. (LONDOÑO, 1998, p. 142)

As críticas realizadas ao Código de Menores que acabaram por levá-lo ao seu falecimento legal refletem bem o preconceito que os jovens das camadas populares da sociedade sofriam, sendo que tais críticas podem ser agrupadas em duas:

A primeira delas é que crianças e adolescentes chamados, de forma preconceituosa, de “menores” eram punidos por estar em “situação irregular” pela qual não tinham responsabilidade, pois era ocasionada pela pobreza de suas famílias e pela ausência de suporte e políticas públicas. A segunda era referente às crianças e adolescentes apreendidos por suspeita de ato infracional, os quais eram submetidos à privação de liberdade sem que a materialidade dessa prática fosse comprovada e eles tivessem direitos para sua devida defesa, isto é, inexistia o devido processo legal. Nesse sentido, era “regulamentada” a criminalização da pobreza (SILVA, 2005, p.33)

Com o esgotamento do Código de Menores, o tema juventude é introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo como referência a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, que posteriormente culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (KERBAUY, 2005)

A emenda “Criança Prioridade Nacional” surgiu para se contrapor ao anteprojeto de Constituição [Criança Constituinte] apresentado pela articulação das forças de centro e de direita – denominada “Centrão” -, que trazia propostas de teor meramente assistencialista, paternalista e correncial-repressivo. (SILVA, 2005, p.38)

Frente às constantes manifestações populares, em 1990 é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que diferente do Código de Menores apresenta em seu artigo 1º a proteção integral à criança e ao adolescente, e não mais a “vigilância a menores” como presente em seu antecessor.

Segundo Silva (2005, apud COSTA 1991 e FORJADO 2000), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pode então ser qualificado a partir de três adjetivos, sendo eles: inovador, garantista e participativo.

Inovador frente ao conservadorismo dos Códigos de Menores (1927 e 1979), na medida em que regulamentou a “cidadania” infanto-juvenil. Garantista, em razão de ter introduzido sistema das garantias constitucionais, negado pelo Código. Participativo, pela maciça, expressiva e legítima participação popular durante o processo de elaboração, que não se esgotou na participação ativa dos militantes, sendo instituída formalmente a participação da sociedade enquanto instrumento deliberativo, operativo, fiscalizador e controlador das ações. (p.41)

Cabe destacar, no entanto, que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA prevê a proteção até os 18 (dezoito) anos, ficando descobertas de políticas públicas específicas os jovens que completavam 18 (dezoito) anos. Nesse sentido é que nos anos de 1990 não havia uma preocupação específica com o segmento juvenil, o que culminou posteriormente na aprovação do Estatuto da Juventude.

É perceptível então que na década de 1990 as políticas destinadas à criança e aos jovens começam a ganhar maior destaque frente a sua grande importância. Passam a ser desenvolvidas então iniciativas públicas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do poder executivo. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

A evolução das políticas destinadas à população juvenil, até a década de 1990 e início os anos 2000, pode ser observada a partir da tabela 1.

Tabela 1 – Ano de início do projeto.

Períodos	Quantidade	%
Até 1980	5	0,6
1981-1980	3	0,3
1985-1988	6	0,8
1989-1992	18	2,3
1993-1996	39	4,9
1997-2000	166	20,9
2001-2004	516	64,8
Não informado	43	5,4
Total	796	100

Fonte: SPOSITO, CARVALHO E SILVA, SOUZA, 2006.

Pode-se observar, a partir dos dados da tabela que houve, de fato, uma ampliação do número de programas voltados ao segmento juvenil, na mesma direção, Dayrell e Reis contribuem afirmando que,

a partir do final dos anos 90 assistimos no Brasil uma ampliação significativa das políticas públicas de juventude nos níveis federal, estadual e municipal, mesmo que ainda apresente uma abrangência limitada em relação ao conjunto do universo juvenil. Ao mesmo tempo vem crescendo também a presença de Organizações Não Governamentais que, com financiamento próprio ou em parcerias com o poder público, vem ampliando sua presença nas periferias dos grandes centros urbanos. Tais ações, resguardando as suas especificidades, se propõem geralmente a desenvolverem ações

educativas para jovens, voltadas ora para a formação da cidadania, ora para profissionalização, como também para uma formação geral muitas vezes através de conteúdos artístico culturais, apostando em uma metodologia que enfatiza o protagonismo juvenil. Ou seja, há uma tendência dominante nos diferentes programas e projetos em priorizar o desenvolvimento de ações de natureza sócio educativa. Aparece quase como obvio: é necessário “educar” os jovens pobres. (s/d, p.1)

É perceptível a crítica⁷ de Dayrell e Reis que as políticas de juventude novamente estejam voltadas principalmente para os jovens carentes, e que tais políticas estejam voltadas principalmente para ocupação do seu tempo excedente.

Autores como Silva e Andrade (2009) e Sposito et al. (2006) afirmam que o ano de 1997 foi considerado um marco para as políticas públicas de juventude em virtude do assassinato⁸ do índio Galdino. Também é preciso mencionar que as constantes rebeliões de jovens que estavam cumprindo medidas socioeducativas em instituições totalmente precárias eram amplamente divulgadas nas mídias, caracterizando cada vez mais a juventude pobre como perversa.

A partir deste momento, o tema juventude estava novamente em pauta em todos os segmentos da sociedade, Silva e Andrade (2009 apud ABRAMO 2005), afirmam que começaram então a

[...] surgir organizações e grupos juvenis com representação em variados campos – cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam e a formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que apenas viam os jovens como sinônimos de problema. Estas demandas emergem da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, definidos não *por suas incompletudes ou desvios*, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (p.49)

⁷ Dayrell e Reis apud Darci Ribeiro (1989), se questionam então “porque as atividades dirigidas a jovens pobres tendem sempre a enfatizar a dimensão sócio educativa? Qual é a lógica que as informa? Quais seus impactos na vida dos jovens? Quais os possíveis significados da proposta de “protagonismo juvenil” presente na maioria delas? Quais os efeitos desta tendência sobre as representações que a sociedade elabora acerca da relação entre juventude e pobreza?”. (s/d, p.1)

⁸ “A repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, constituiu elemento importante para a formação de uma opinião pública sensível ao tema juventude. Este assassinato, que configurou o evento culminante de uma série de outros episódios, como o de adolescentes na igreja da Candelária no Rio de Janeiro e as rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas, favoreceu o desencadeamento de algumas ações públicas especificamente dirigidas para os segmentos juvenis.” (SILVA; ANDRADE 2009, p.48)

Em 2004, governo e movimento sociais iniciam um diálogo referente à necessidade de se instalar uma política específica para juventude, tendo em vista os contestantes problemas a que se eram relacionados os jovens. A partir deste diálogo, diversas iniciativas que viabilizassem a construção de políticas para juventude foram tomadas, e posteriormente vieram a culminar na elaboração do Estatuto da Juventude. Silva e Andrade (2009) novamente contribuem afirmando que dentre as principais iniciativas que se desenvolveram a partir deste momento destacam-se as seguintes:

i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; *ii)* criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; *iii)* realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; *iv)* encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); e *v)* encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (p. 49-50)

Em 05 de agosto de 2013, é sancionado então o Estatuto da Juventude, o que significa um ganho para toda a sociedade, por determinar quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Ao todo, são 11 os direitos previstos no Estatuto, podendo ser destacado: Direito à Diversidade e à Igualdade, Direito ao Desporto e ao Lazer, Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, Direito à Cultura, Direito ao Território e à Mobilidade, Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça, Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil, Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda, Direito à Saúde, Direito à Educação, Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.

Conclui-se, então, que as políticas de juventude nem sempre representam um ganho para sociedade, o Código de Menores pode ser considerado um dos melhores exemplos disso, uma política que perdurou durante anos na sociedade, porém não

assegurou direitos para os jovens, pelo contrário, ele foi considerado por anos uma política muito mais focada na repressão e no controle social, do que uma política voltada para garantia de direitos. As políticas públicas focadas na juventude devem então ser consideradas políticas universalistas, que não excluam determinados membros da sociedade e nem favoreçam outros, compreendendo o jovem como sujeito de direitos e participativo socialmente.

2. A EXPERIÊNCIA JUVENIL SOB O OLHAR DOS SUJEITOS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ.

2.1. Contexto da pesquisa.

Para realização desta pesquisa⁹, foram elaborados questionários com 20¹⁰ (vinte), perguntas (apêndice I) pensadas a respeito do cotidiano dos jovens que participam do projeto Jovem Aprendiz¹¹ no Centro de Informática e Automação de Santa Catarina – CIASC.

Os questionários foram elaborados de forma semiestruturada¹². Optou-se por esta técnica com perguntas já elaboradas, em virtude da possibilidade dos sujeitos pesquisados transcreverem de forma livre suas ideias e opiniões acerca da temática pesquisada.

Por motivo de sigilo, os nomes dos jovens participantes da pesquisa foram alterados por nomes de artistas, jogadores de futebol, lutadores ou bandas, em virtude dos mesmos mencionarem em alguns momentos da pesquisa, afinidade com relação aos mesmos.

⁹ “Uma pesquisa é um conjunto de ações determinadas para o propósito de se investigar, analisar e [criticamente] avaliar determinada questão ou problema em dada área do conhecimento. Pode-se definir pesquisa com um processo planejado de investigação que consiste de três momentos: (1) o levantamento de perguntas, hipóteses ou problemas; (2) a coleta de dados; (3) a análise e interpretação desses dados.” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010)

¹⁰ Em virtude de um erro de digitação a pergunta 05 não aparecerá no roteiro de perguntas.

¹¹ O programa Jovem Aprendiz se caracteriza por uma parceria entre o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina – CIASC e a Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES, uma organização filantrópica, católica, assistencial, sem fins lucrativos, fundada em 1773 com sede e foro na cidade de Florianópolis. Tal parceria é pautada na lei 10.097/2000 que regulamento o trabalho para maiores de 14 (quatorze) anos, desde que não seja realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que permitam a frequência à escola.

¹² O questionário semi-estruturado combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. (ROCHA; ARAÚJO 2007, s/p. apud MINAYO 2004, p. 108)

É importante mencionar também que os sujeitos da pesquisa foram informados quanto ao objeto real da pesquisa. Em virtude dos pesquisados possuírem idade inferior a 18 (dezoito) anos, foi encaminhado para seus responsáveis assinarem um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice II), autorizando a utilização dos dados presente neste trabalho.

Ao final deste trabalho, nem todas as questões presente no questionário foram utilizadas, em virtude do tempo necessário para se realizar uma análise mais detalhada de cada uma delas.

2.2. Perfil dos sujeitos da pesquisa: quem é esse jovem?

O primeiro dado obtido foi a quantidade de jovens participantes da pesquisa e posteriormente a idade de cada um deles, sendo eles 14 (quatorze) jovens com idade entre 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos. Conforme apresentado no gráfico abaixo, vê-se que há um equilíbrio entre os sujeitos de 16 e 17 anos e um menor número na faixa de 15 anos.

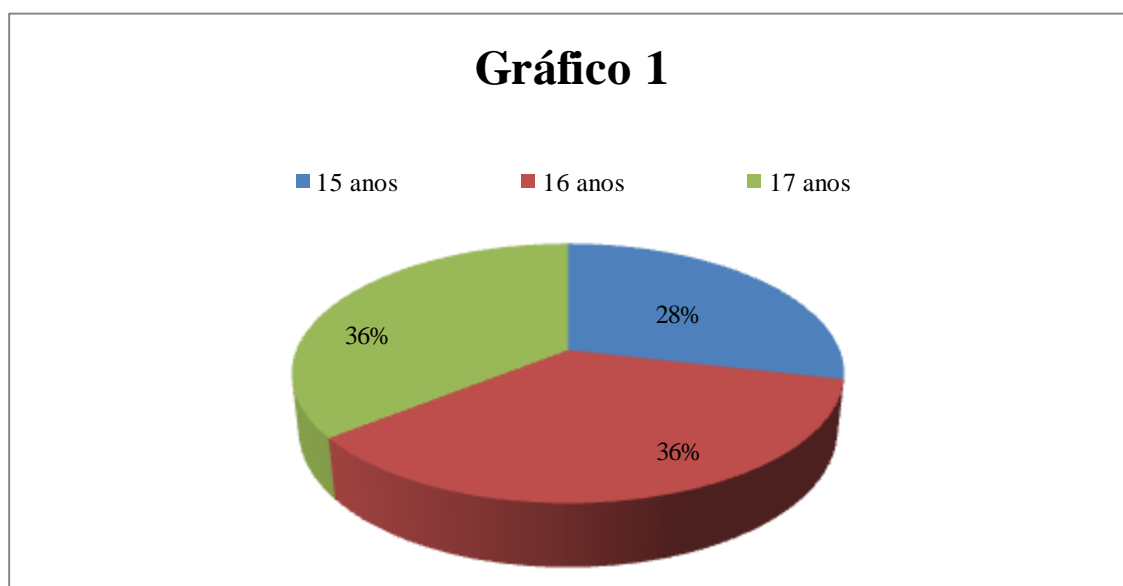


Gráfico 1: Percentual de idade dos sujeitos da pesquisa

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

O segundo elemento extraído da pesquisa foi o percentual de meninos e meninas que participam do Projeto Jovem Aprendiz, apresentando 8 (oito) meninos e 6 (seis) meninas.

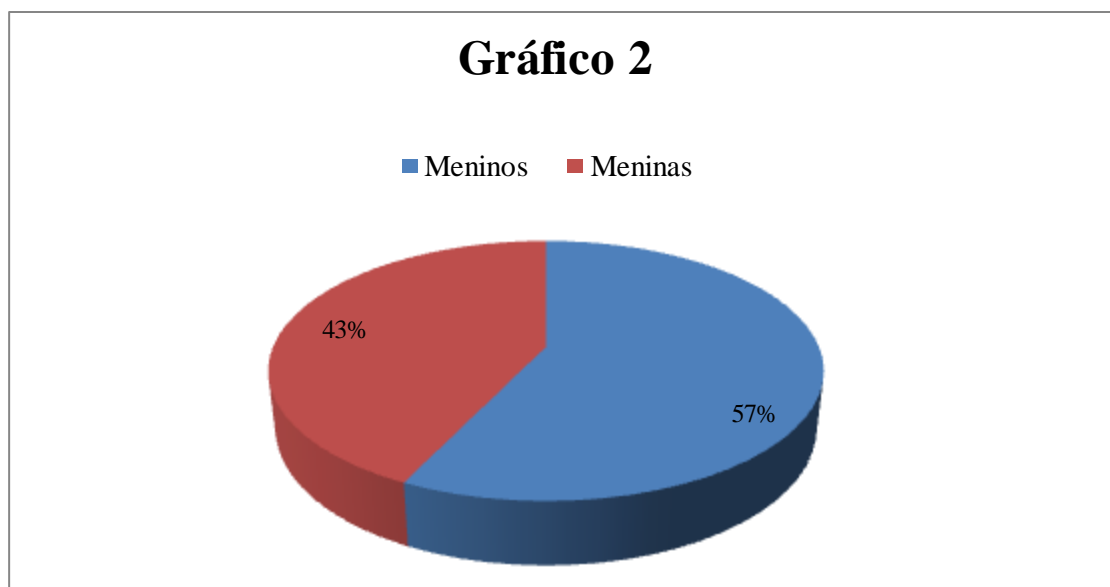


Gráfico 2: Percentual de meninos e meninas participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Identificados os sujeitos da pesquisa, o gráfico 3 (três) demonstrará os principais locais que os jovens frequentam nos períodos em que não estão na escola e nem no Projeto Jovem Aprendiz, sendo que o principal local mencionado foram os shoppings com 49%, Linkin Park mencionou que frequenta “*Shopping, casa de amigos, alguns passeios também e passo boa parte em casa*”, Fernanda Brum “*Shopping, praia, igreja, etc.*”

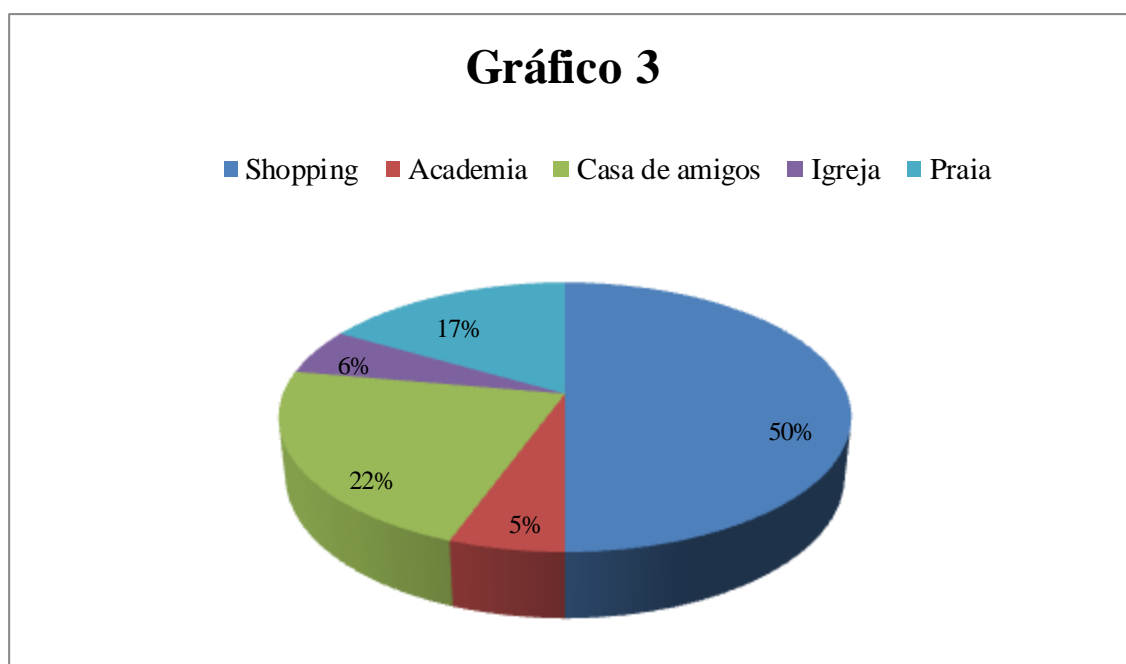


Gráfico 3: Percentual de locais que os jovens frequentam nos períodos de folga, final de semana, feriado, etc.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

O perfil dos jovens participantes da pesquisa demonstra também que 57% assistem a algum tipo de programa televisivo, Naldo afirma que assiste ao “*multishow, mtv, globo esporte, séries e filmes entre outros*”, Alcione “*Sim, malhação, domingo espetacular, Faustão etc*”, William Bonner “*como vejo somente final de semana é mais série americana*”.

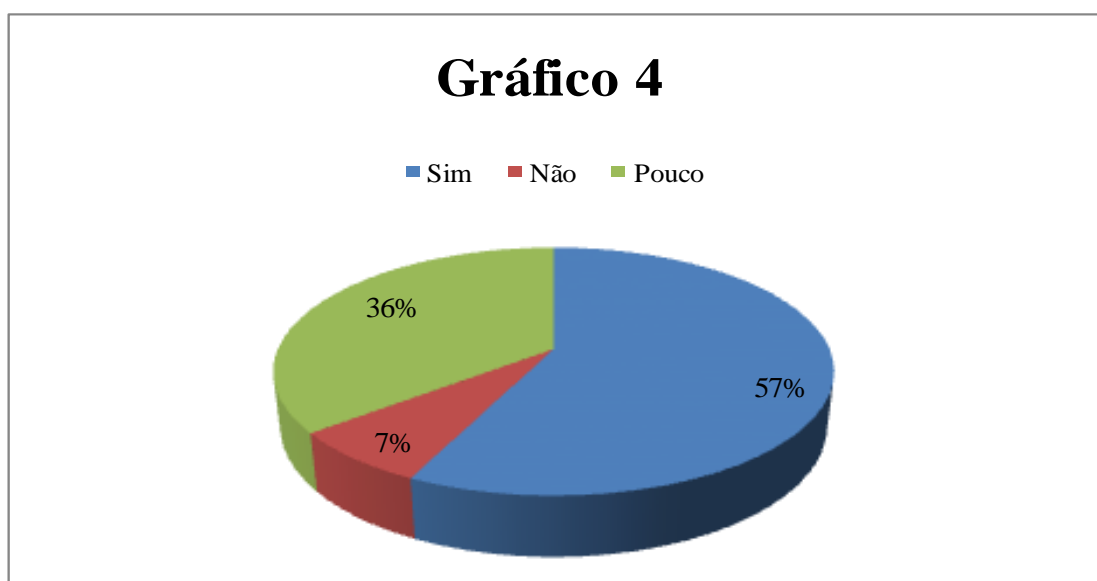


Gráfico 4: Percentual de jovens que assistem à televisão.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Apesar de 57% afirmarem que assistem a algum tipo de programa de televisão, chama a atenção também que 7% afirmaram que não assistem e que 36% pouco assistem, como apontam os participantes da pesquisa, Fernanda Brum “*Não assisto muito, maioria do tempo livre cai em jornais*”, Negra Li “*Não assisto muito e não tenho um programa preferido*”. Tal resultado pode ser identificado em virtude dos jovens estarem interessados por outros meios de entretenimento e ocupação, como as redes sociais, por exemplo, já que 100% dos jovens afirmaram que acessam algum tipo de rede social, porém, os locais de acesso às redes sociais não variaram muito, conforme é possível identificar no gráfico abaixo.

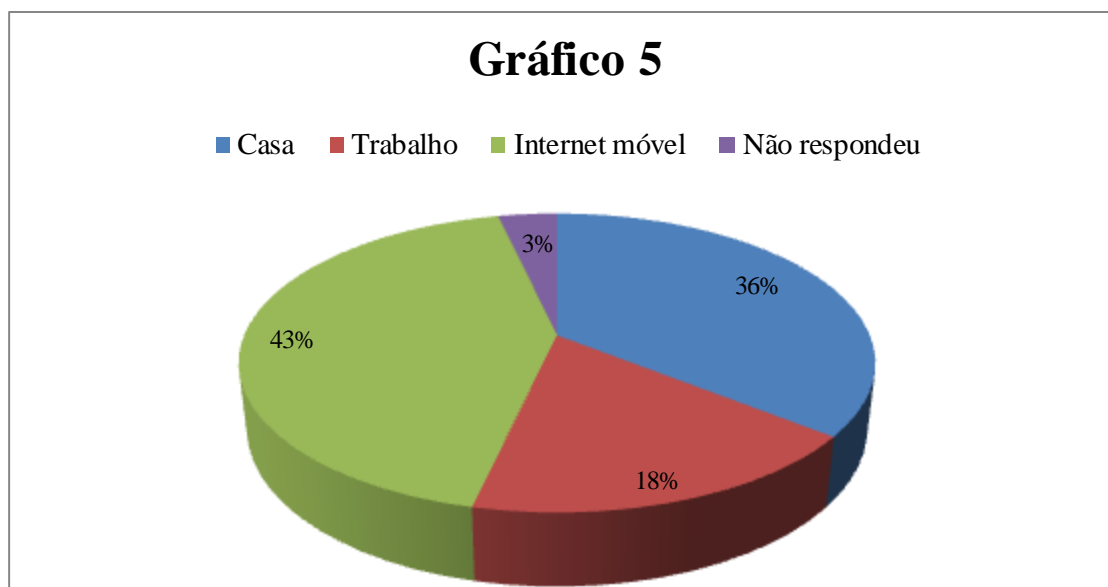


Gráfico 5: Percentual de locais que os jovens acessam as redes sociais.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Como já apresentado neste trabalho por vezes, a juventude foi considerada violenta, participativa, alienada ou consumista, sendo em cada década comparada com um dos adjetivos mencionados. Porém, existe algo que sempre acompanhou a juventude: a música. Pode-se dizer que, no decorrer das décadas, ela sempre esteve associada à juventude, sejam os punks, sejam os roqueiros sejam os hippies. É notável que nesta década não seja diferente, os jovens participantes da pesquisa mencionaram tantas opções musicais que impossibilitou a criação de um gráfico significativo, como é possível observar a partir da fala dos mesmos, Valeska “*funk e pagode*”, David Guetta “*Eletrônica e sertanejo*”, José Aldo “*rap, reggae, house*”, Vanessa da Mata “*Ultimamente músicas clássicas como Caetano Veloso, porém não tem um estilo musical preferido*”.

O próximo item trará uma análise mais detalhada das respostas apresentadas pelos participantes da pesquisa. Sendo que, assim como no perfil dos jovens, trará a fala de alguns deles, e também apresentará a opinião de alguns autores frente à temática analisada.

2.3. O que é ser jovem ou adolescente para os sujeitos da pesquisa.

Como já discutido no decorrer deste trabalho, alguns autores consideram importante não confundir o termo juventude e adolescência, uma vez que cada termo refere-se a uma etapa da vida, porém não é oportuno retomar esta discussão no momento, e sim compreender como os jovens participantes da pesquisa se sentem frente à pergunta apresentada.

Com o objetivo de desvendar o significado do período em que eles estão vivendo, foi perguntado se eles se consideravam adolescentes ou jovens e quais os atributos eles consideravam relevantes a essa resposta. Abaixo apresentamos as respostas à pergunta apresentada.

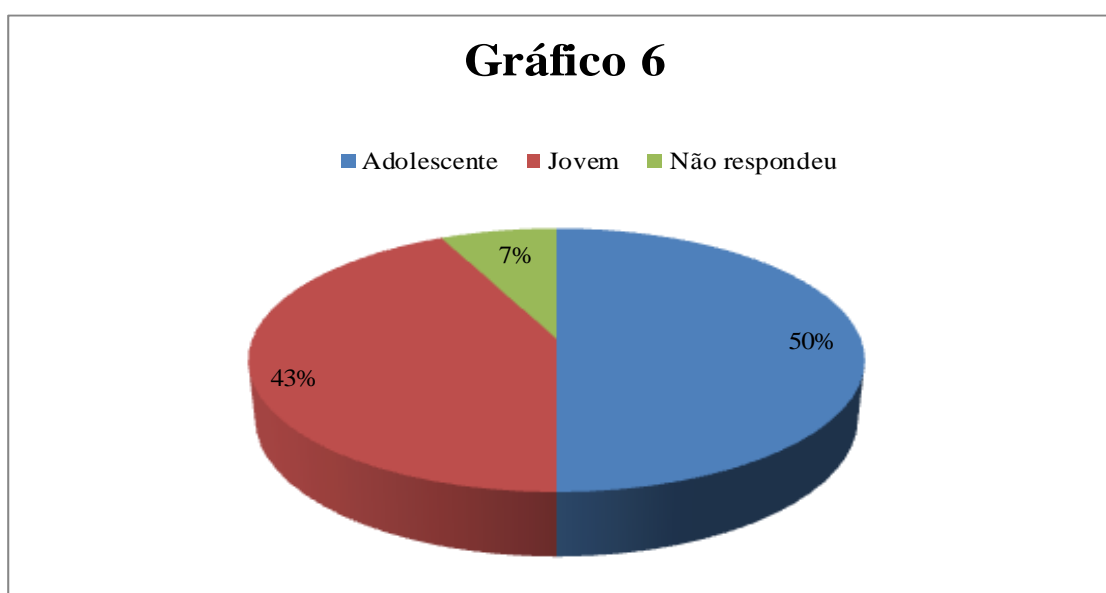


Gráfico 6: Percentual dos sujeitos da pesquisa que se consideram jovens ou adolescentes.
Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Para Cavalcanti (2005), a moratória social “seria um prolongamento da Juventude e, consequentemente, da entrada na vida adulta e em suas responsabilidades” (p. 5). Independente de se considerarem jovens ou adolescentes, a grande maioria dos pesquisados relacionou tal período com responsabilidade, ou seja, é possível identificar que os sujeitos pesquisados se contrapõem à ideia de moratória social, pois relacionam juventude com responsabilidade. É possível observar tal informação por meio das respostas apresentadas pelos jovens pesquisados. Fernanda Brum se considera “Adolescente, pois me acho responsável no que faço, ao contrário de muitos que não se preocupam e nem tem responsabilidades”, Roberto Carlos afirma ser “Jovem, porque

apesar de ser novo possuo muitas responsabilidades”, já para José Aldo ser jovem *“É trabalhar, estudar, é ver como funciona”*.

Todos os jovens participantes da pesquisa são estudantes do ensino público de Florianópolis. Em determinada pergunta da pesquisa, 93% dos jovens afirmaram que consideram a escola como fundamental na vida dos jovens, é possível identificar tal porcentagem por meio da afirmação de Alcione, ao mencionar que a escola *“é tudo, pois precisamos da escola para poder ser alguma coisa na vida”*.



Gráfico 7: Percentual de importância que os jovens veem sob a escola.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Apesar dos sujeitos da pesquisa reconhecerem a importância da escola em suas vidas, chama a atenção o elevado índice de reprovação dos mesmos, chegando a 57% do total de participante.

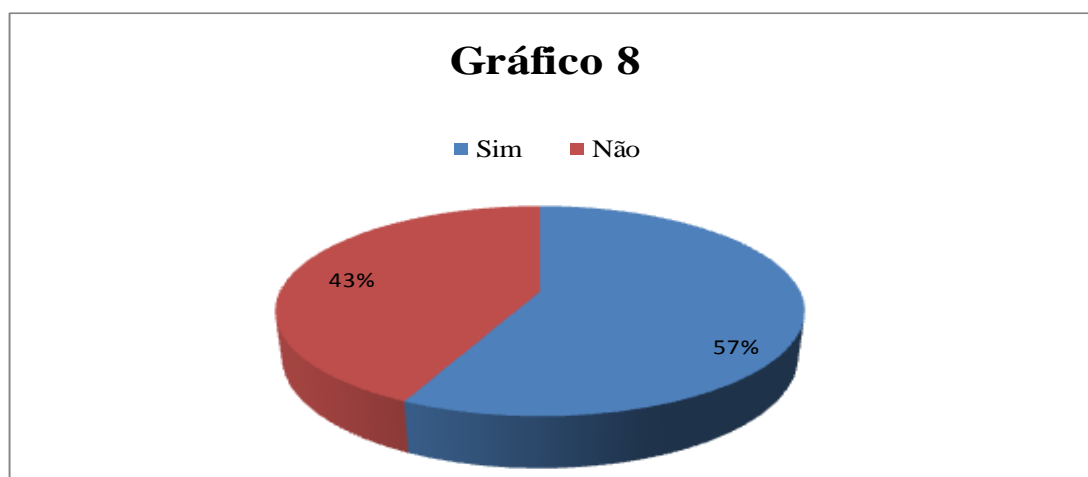


Gráfico 8: Percentual de reprovação dos sujeitos da pesquisa

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Para tentar compreender e discutir o elevado índice de reprovação apresentado pelos jovens, tomaremos como base o texto de Camacho (2004), intitulado, “A invisibilidade da juventude na vida escolar”. Nele a autora afirma que a escola esta tratando os alunos de forma inadequada, ao não reconhecê-los como jovens. Isso dificulta a criação de uma identidade dos mesmos com a escola, gerando uma ruptura de comunicação entre jovens alunos e educadores. A autora desenvolve então que

muito se fala da fragmentação do trabalho profissional e mesmo escolar, mas pouco se fala da visão fragmentada que se tem do educando. Assim como se pergunta como o aluno pode se interessar pelo trabalho escolar quando ele é fragmentado, caótico e desconexo, indaga-se, também, como esse aluno pode se interessar pelo seu trabalho se ele é tratado, nas instituições educativas, como um ser fragmentado, separado e desarticulado? Esquece-se da lógica do e para adotar-se a do ou. Isto é, o aluno é concebido ou como aluno ou como criança e muito raramente como jovem. Diante deste quadro, é preciso que as propostas pedagógicas sejam pensadas para aquele que é jovem e aluno. (CAMACHO, 2004, p. 330)

Apesar do elevado índice de reprovação, é notável o interesse dos jovens participantes da pesquisa em continuarem estudando, já que 57% responderam positivamente quanto à intenção de fazer o vestibular.

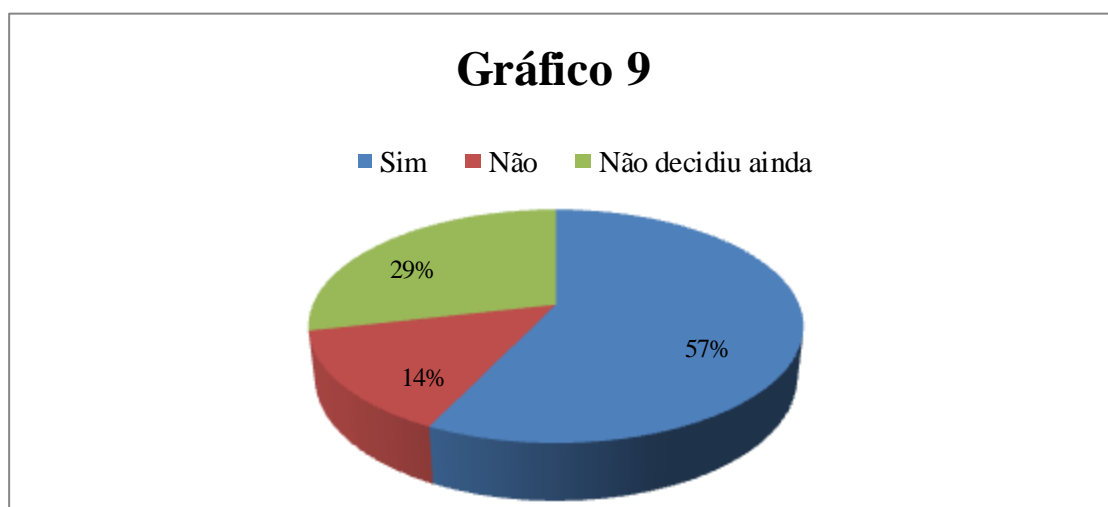


Gráfico 9: Percentual de jovens que pretendem fazer vestibular.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Mesmo respondendo positivamente quanto à intenção de prestar o vestibular, muitos jovens apresentaram dúvidas quanto ao curso a ser escolhido, porém tal dúvida não é fator exclusivo dos jovens participantes da pesquisa como aponta Duarte,

há 20 anos você tinha 10, 15 cursos para escolher. Hoje, são mais de 70. É natural que esta dúvida apareça, até porque os jovens de hoje são multifuncionais. Nós vemos neles capacidades múltiplas de resolver, de realizar coisas, inclusive simultâneas. Em vista desta multiplicidade de papéis que eles podem assumir, é natural também que as dúvidas aconteçam. (2003, s/p)

É possível identificar a dúvida dos sujeitos da pesquisa por meio da fala deles: David Guetta, *“Pretendo, mas estou decidindo ainda”*, Michel Telo *“não decidi ainda”*, Negra Li *“Sim, o curso ainda não sei”*, Linkin Park *“Ainda não sei”*. Outros jovens responderam que não pretendem fazer vestibular, porém pretendem seguir carreira no esporte, como o caso de José Aldo *“Não, pretendo ser atleta”*.

Encerrando a análise referente à importância que os jovens veem em relação ao estudo, é possível reafirmar tal fato a partir do gráfico abaixo.

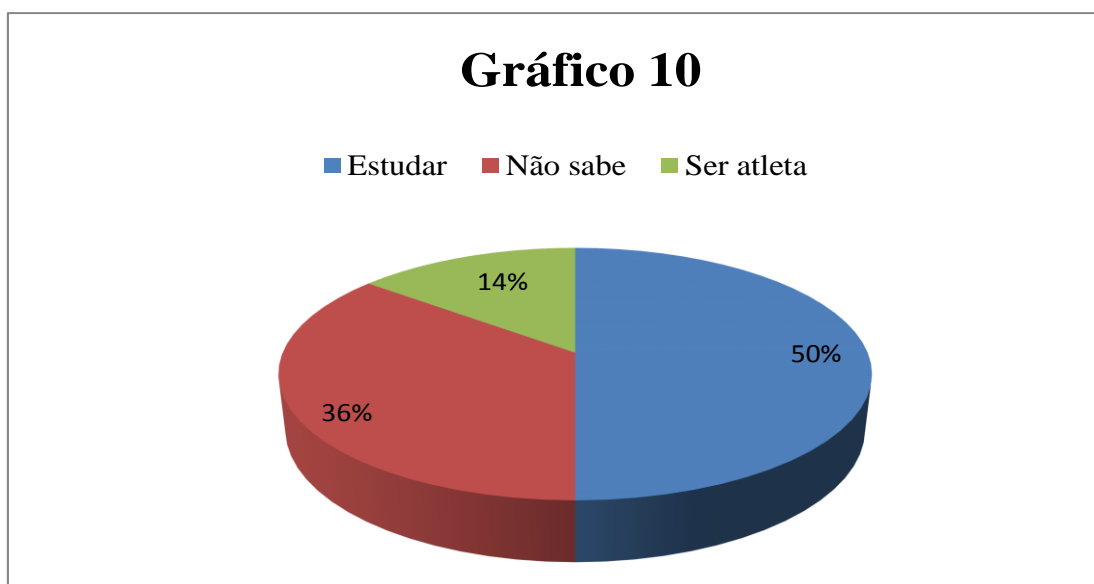


Gráfico 10: Percentual de projeções futuras.

Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Em virtude do elevado índice de reprovação que os participantes da pesquisa apresentaram, poderíamos ser enganados por tal dado e considerar que os jovens não veem importância no estudo. Porém, ao analisar outros dados, fica evidente que os jovens veem sim importância no estudo, o que se pode identificar é que ocorre um distanciamento entre a escola e os jovens, dentre as várias consequências está o elevado índice de reprovação, ou seja, encontramos escolas sucateadas, professores não qualificados e desmotivados em virtude da precariedade do ensino, refletindo diretamente no baixo interesse que o segmento juvenil possui em relação à escola. Para superar tal distanciamento, Camacho (2004) sugere que é necessário reconhecer que a condição de jovem precede a condição de aluno, porém ambas estão intimamente ligadas, transformando, assim, os alunos em jovens alunos.

Dando continuidade à análise dos jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz, entraremos agora na importância que os mesmos veem no tocante ao esporte, e a participação deles em atividades esportivas.

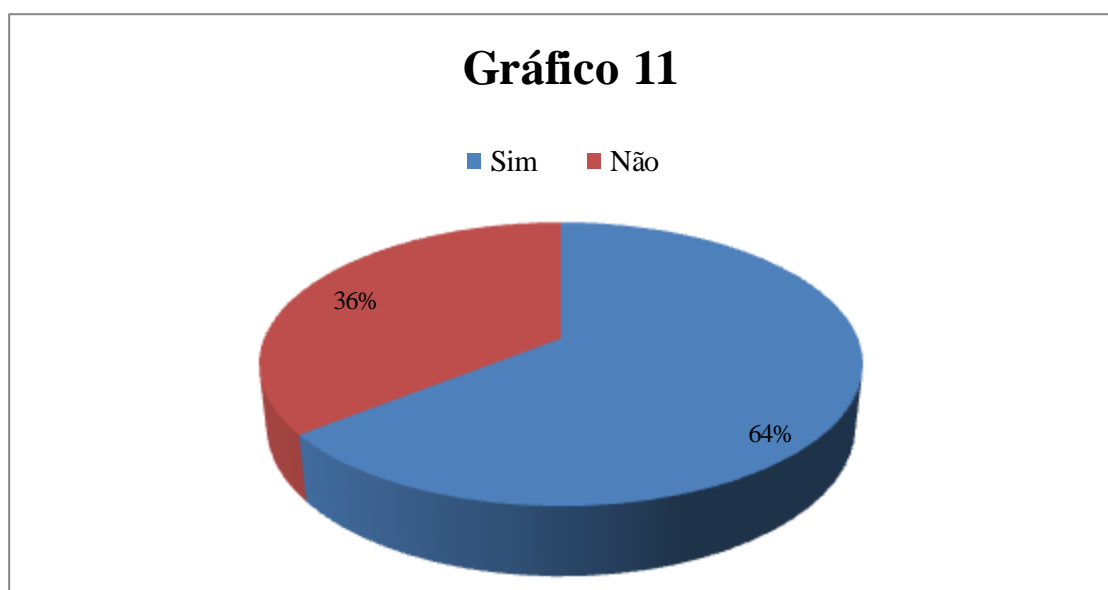


Gráfico 11: Percentual de sujeitos da pesquisa que frequentam atividades esportivas.
Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

É possível observar que 64% dos jovens participantes da pesquisa afirmaram que frequentam atividades esportivas, enquanto 36% afirmaram que não praticam atividades em virtude de fatores como a falta de tempo, falta de disposição e doenças. É possível observar os fatores a partir das observações dos jovens: Linkin Park afirma que “*Não, não costumo praticar esportes porque não tenho tanta disposição assim para esportes,*

por mais que deveria ter, e porque tenho bronquite”, Alcione, “não, porque como eu trabalho de tarde e estudo à noite não dá para fazer o que eu gosto que é Judô”, Valeska, “não, porque o meu dia a dia é muito corrido”.

Quando perguntado quanto à importância do esporte na vida dos jovens, as respostas foram quase unânimes, 79% vincularam a prática do esporte com a saúde, como afirmou Belo, *“é se manter saudável, ter uma vida mais alegre e prolongada”*, Michel Teló também afirmou que o esporte, *“é ótimo para o desenvolvimento e evitar doenças”*. Apesar das várias respostas ligando a prática de esporte à saúde, uma resposta que trazia outros elementos chamou a atenção, Vanessa da Mata afirmou que *“Através do esporte, os jovens se distanciam das drogas e do crime, e é um caminho para os indivíduos de baixa renda alcançarem o sucesso e melhorar suas condições de vida”*.

Mediante à fala de Vanessa da Mata é possível identificar elementos já trabalhados no decorrer deste trabalho, ou seja, que os jovens, principalmente aqueles de baixa renda, devem ocupar seu tempo ocioso para não serem tentados pela criminalidade e as drogas, já que ser jovem e “pobre” foi considerado por muito tempo sinônimo de periculosidade. Nogueira (2011) contribui com a discussão colocando que *“atualmente o esporte se tornou uma das principais ferramentas de intervenção em políticas públicas para juventude”*. (p.111)

O esporte pode sim ser considerado um ótimo mecanismo de desenvolvimento da sociabilidade, bem-estar e garantia de políticas públicas, o problema é quando essas políticas começam a ganhar características de controle social, ou seja, o esporte passa a ser elemento principal para reduzir o tempo ocioso dos jovens “pobres”.

Nota-se a emergência da vinculação entre políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou de inclusão social. Ou então uma outra tendência ainda é a de considerar o esporte importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens de drogas e crimes, numa abordagem salvacionista. (CAMACHO, 2011, p.111 apud MELO, 2005)

Somente o esporte não é suficiente para resolver os problemas de desigualdade social, violência e preconceito que os jovens enfrentam, é necessário também que outras políticas se articulem visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir desses elementos, analisaremos o próximo gráfico, que apresenta a opinião dos

sujeitos da pesquisa com relação aos principais problemas que os jovens enfrentam hoje.

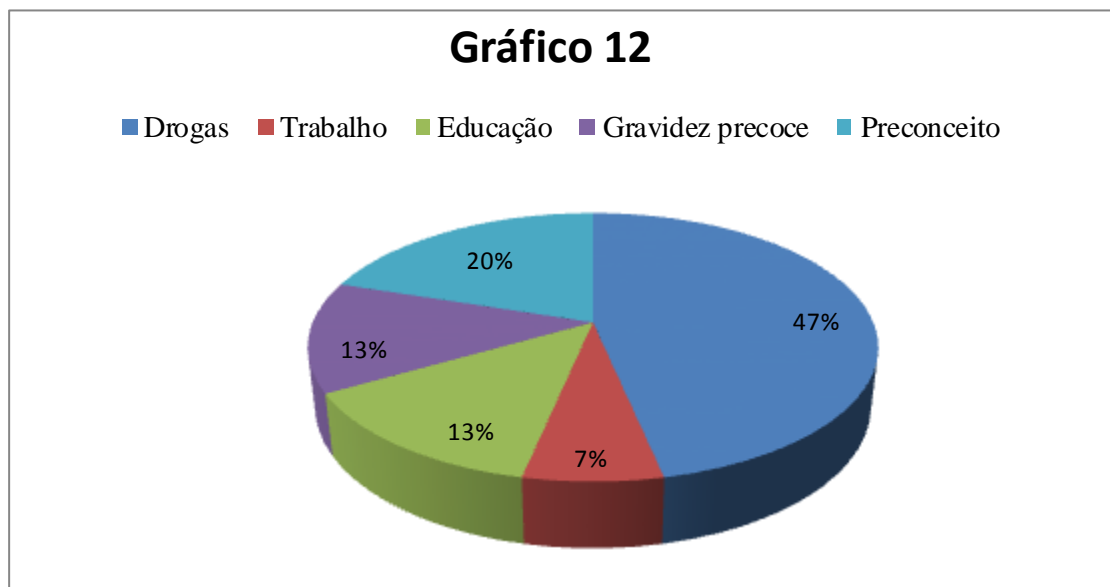


Gráfico 12: Percentual de problemas que os sujeitos da pesquisa vêm em relação aos jovens
Fonte: Pesquisa própria realizada com jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Podemos observar então as drogas como principal elemento problemático segundo os jovens, porém, diferentemente de outros segmentos da sociedade que ligariam a juventude ao tráfico, os sujeitos da pesquisa relacionaram ao consumo de drogas. Gonçalves et al., que também realizou pesquisa com jovens e obteve elementos semelhantes aos apresentados aqui, desenvolve que

esse dado pode parecer incomum e curioso diante da magnitude das questões que o tráfico impõe hoje à população residente nos grandes centros urbanos do país. [...] No grupo, as drogas são representadas como problemas da esfera individual e da ordem do subjetivo; os jovens entendem que o uso da droga decorre de uma escolha pessoa, e que seus reflexos serão também circunscritos às relações intersubjetivas (2008, p. 220).

É possível identificar tal elemento por intermédio da fala dos jovens, Michel Teló “*as drogas e bebidas que estão em todos os lugares*”, William Bonner “*drogas*”, Robinho “*acho que é o mundo das drogas*”.

Como é possível observar no gráfico, os participantes da pesquisa destacam outros elementos como problemáticos para o segmento juvenil, como a iniciação no

trabalho e a gravidez precoce, que conseqüentemente levaria à perda de juventude e início das responsabilidades do mundo adulto.

Apesar de parecer em vezes repetitivo, é necessário mais uma vez chamar a atenção aos diversos problemas e preconceitos que os jovens enfrentam hoje, única e exclusivamente por sua faixa de idade. Salles e Silva (2008) desenvolvem que

a sociedade categoriza pessoas em função, dentre outros aspectos, do que considera comum e natural para um grupo social, uma faixa etária ou um status social. As pré-concepções que construímos sobre um grupo de pessoas são transformadas em expectativas e normas de comportamento e esperamos que elas ajam de acordo com elas. (p. 155)

É necessário chamar a atenção que ser jovem não pode ser considerado sinônimo de problema. Eles estão sim passando por um período suscetível a novas descobertas como afirma Vanessa da Mata *“estamos passando por uma fase de descobertas, dúvidas, paixões, onde a vontade pelo desconhecido se amplia, e as drogas estão cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia”*, porém, caracterizar juventude como problema seria generalizar uma categoria muito grande, sendo que, na verdade, sabemos que a categoria que está sendo caracterizada como problemática é a juventude pobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre juventude é de extrema importância, uma vez que o aumento dessa parcela da população exige que as políticas públicas destinadas a ela sejam repensadas, gerando assim garantia de direitos. Isso objetiva a redução das desigualdades sociais e não apenas ocupação do tempo ocioso dos jovens, principalmente aqueles dos setores subalternos.

A partir das referências bibliográficas pesquisadas, ficaram perceptíveis as várias transformações ocorridas no segmento juvenil. Transformações essas que não ficam apenas no perfil dos jovens, mas também em outros âmbitos como os direitos que foram conquistados ao longo dos anos, embora, por vezes, a juventude tenha passado e ainda passa por dificuldades e preconceitos em virtude da sua faixa de idade. É importante ressaltar, então, que essa conquista por parte da juventude não foi tão simples, mas consequência de um longo debate entre sociedade e estado que, aos poucos, reconheceram o jovem como portador de direitos.

No âmbito das conquistas de direito, é notório que, em termos de leis, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ganha força por sua expressiva evolução com relação ao Código de Menores no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente, sendo que durante anos tal estatuto também foi utilizado para os jovens, porém essa categoria conquistou recentemente um estatuto próprio. O Estatuto da Juventude dispõe então sobre os direitos dos jovens com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Entretanto, por mais que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Estatuto da Juventude sejam um inegável avanço legal, nota-se muitas vezes sua incapacidade de garantir a efetivação de seus direitos. Observa-se então que a criação das leis é importante, porém é necessário também que haja a efetivação e cumprimento da mesma. Dessa forma, a população deve exercer seu controle social através dos diversos segmentos disponíveis para que ocorra a garantia de direitos e para que eles sejam implementados, já que a maioria das pessoas não conhece seus direitos e o Estado não se mostra muito preocupado com que as pessoas os conheçam. É fundamental que os cidadãos tomem conhecimento de seus direitos, para que assim possam exigí-los, embora uma matéria dedicada a isso nas escolas fosse um ótimo mecanismo de divulgação e incentivo ao conhecimento das políticas públicas.

É importante mencionar que a aprovação das leis destinadas aos jovens não tem significado então políticas públicas garantidoras de direitos, tais como a educação e saúde, mas sim, as principais políticas destinadas a juventude têm sido voltadas à preparação para o mercado de trabalho e também à ocupação ao tempo ocioso para os jovens de setores populares.

Levando-se em conta a pesquisa, buscou-se caracterizar quem é o jovem-adolescente que participa do projeto. Em sua maioria, são jovens provenientes dos setores populares e, como ficou evidente na pesquisa, acabam por associar juventude à responsabilidade, e não a tempo de preparação, ou moratória social como tratam alguns autores.

Outro ponto que chamou a atenção no decorrer da pesquisa pôde ser identificado quando 74% dos jovens afirmam que contribuem financeiramente com a família de alguma forma, seja ela direta – no sentido de entregar o dinheiro para que seus responsáveis o manuseiem da maneira que melhor acharem; seja indireta – por não pedirem dinheiro para compras de bens de uso pessoal que acarretem custos extras para seus responsáveis. Tal fato demonstrou então a questão do projeto como apoio às necessidades da família e do jovem, além de contribuir para a independência e responsabilidade que os jovens buscam por meio do trabalho.

Embora se tenha identificado que, em muitas vezes, o trabalho dos jovens-adolescentes do projeto Jovem Aprendiz está diretamente vinculado com o fato de apoio financeiro familiar, é importante mencionar também que diferentemente dos pais que se inseriram no trabalho infantil, praticamente sem políticas protetoras e fiscalizadores, o projeto se caracteriza pela inserção no mundo do trabalho com um viés de aprendiz, não depositando, portanto, grandes responsabilidades e cobranças para com esses jovens.

Caracterizou-se, então, que o mundo do trabalho está modificado em relação aos jovens e seus pais, porém não é apenas o trabalho que se modificou. Pode-se afirmar que o significado da etapa juventude também tenha se modificado como já foi afirmado em diversas oportunidades no decorrer deste trabalho. Estamos diante de um período em constantes mudanças; é evidente que a juventude de hoje está muito mais relacionada com as questões tecnológicas que a juventude de 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos atrás. Dessa forma, Santos et al (2011) contribui com a discussão ao conceituar as gerações

conhecidas como X, Y e Baby Boomers¹³, apresentando as principais diferenças entre elas.

A geração Y, que foi o foco de estudo deste trabalho, caracteriza-se, então, por uma

geração que refere-se a uma população que está entrando no mercado, oriundos de num[sic] período econômico próspero. É a geração dos resultados, sendo que tais indivíduos são filhos da geração X. Nasceram na era das inovações tecnológicas, da Internet, do excesso de segurança e do recebimento de estímulos constantes por parte dos pais. (SANTOS et al, 2011, s/p, apud LOMBARDIA, 2008)

As gerações dos X, Y e Baby Boomers, aparecem então como a melhor maneira de identificar as transformações juvenis, ou seja, as modificações sociais refletem diretamente no segmento juvenil. Assim sendo, as transformações ocorridas em um período de 10 (dez) anos são suficientes para transformar toda uma parcela da população.

São notáveis as diferenças juvenis entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 para os jovens da década atual. Em décadas anteriores, os jovens preferiam as praças, praias e outros locais públicos como principal forma de lazer, no entanto hoje 50% dos jovens pesquisados afirmaram que preferem o shopping center como forma de lazer, ou seja, o espaço privado, mercantil como forma de sociabilidade mais mencionada. Tal fato demonstra a pouca existência de espaços públicos para os jovens desenvolverem sua sociabilidade.

Estamos diante de uma juventude conectada, ou seja, de uma juventude que está 100% inserida nas redes sociais. Talvez esse seja um dos motivos para os jovens de hoje estarem preferindo o shopping center a outras atividades ao ar livre.

Falar de juventude é falar de transformação. Podemos identificar quase um sinônimo entre as duas sentenças, porém existem instituições que talvez ainda não

¹³ Segundo os autores, apesar das alterações apresentadas na literatura “os Baby Boomers são as pessoas nascidas entre 1948 e 1963; a geração X, pessoas nascidas entre 1964 e 1977; a geração Y aquelas que nasceram entre 1978 e 1994” (s/p). Os autores conceituam cada geração apresentando suas principais características, ou seja, “a geração Baby Bommers é composta de pessoas que presenciaram a guerra e os movimentos feministas na luta pelos seus direitos. Foram educadas com rigidez e seguiam regras padronizadas em relação à disciplina e a obediência. São pessoas que não se abrem muito para questionamento e a principal preocupação está na busca pela estabilidade no emprego. Colocam a carreira acima de tudo e se adaptam em qualquer organização, porém, é uma geração que está saindo do mercado de trabalho. A geração X, por sua vez, é a geração que predomina no mercado na atualidade. Não se detém a padrões tão rígidos, apesar de certo conservadorismo em algumas questões”. (SANTOS et al, 2011, s/p)

tenham percebido a velocidade de transformação juvenil, tratando os jovens da mesma forma que os tratavam em décadas anteriores. Uma dessas instituições pode ser caracterizada pela escola, em virtude da discrepância apresentada entre a importância que os jovens dão à escola e o elevado índice de reprovação que eles apresentam. Isso significa que talvez as escolas estejam adotando métodos ultrapassados de ensino, desconsiderando a questão dos jovens estarem totalmente inseridos e interessados pelo mundo virtual.

Quando se fala de pesquisa em Serviço Social, Pereira contribui desenvolvendo que como o “Serviço Social é uma profissão interventiva, suas pesquisas devem ter como meta não apenas o conhecimento da realidade, mas também o uso desse conhecimento para contribuir com mudanças socialmente necessárias dessa ou nessa realidade” (2005, s/p). Desta maneira, ao identificar que a concepção de juventude por vezes se difere da apresentada pelos autores consultados, mostra-se a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre juventude a partir dos próprios jovens, já que os estudos não dão conta da complexidade das questões juvenis na contemporaneidade.

Portanto, com a divulgação dos estudos e pesquisas acerca de juventude e com o comprometimento ético que rege a profissão dos envolvidos, nota-se a oportunidade de contribuir para se dar um novo caminho à questão de juventude, compreendendo que o período estudado não é simples. Assim, faz-se necessário, principalmente, interesse para que os envolvidos possam contribuir de maneira efetiva para a compreensão do segmento juvenil.

Ao concluir, chamamos a atenção para a importância e contribuição do assistente social nessa grande parcela da sociedade. Seria um desperdício deixar a juventude em segundo plano, uma vez que estamos diante de uma categoria com imenso poder de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. n. 5 e 6, p. 25-36, mai.-dez. 1997. Disponível

em:<<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documentos/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.28.%20sociologia%20juventude%202.pdf>> Acesso em: 25/05/14

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In, ABRAMO, Helena Wendel. LEÓN, Oscar Dávila. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel. **Juventude em construção**. Revista Onda Jovem. Edição 5 – Julho de 2006. Disponível em: <http://www.revistaondajovem.com.br/materiadet.asp?idtexto=66> Acesso em: 22/05/14

ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2010 2(2): 01-11. Disponível em:

<<http://periodicos.homologa.uniban.br/index.php/RBAC/article/viewFile/102/81>> Acesso em: 13/05/14

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. **Juventude e Suas Manifestações Socioculturais: da Escola a Comunidade**. GT-17 - VI Encontro de Pesquisa em Educação da Universidade Federal do Piauí – 2010. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/4075>> Acesso em: 06/05/14

ALVES, Natália. (2008). **Juventudes e Inserção Profissional**. Lisboa: Educa/UI&DCE.

AUGUSTIN, Débora; GEARA, Gabriela; KESSLER, Helena; CASTRO, Rosane. **Desnaturalizando o conceito de Juventude através dos tempos**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html>> Acesso em: 07/04/14

AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. A adolescência como ideal social. Faculdades Integradas Maria Thereza e Centro Universitário Metodista UniBennett. Rio de Janeiro, R.J. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200008&script=sci_arttext> Acesso em: 30/04/14

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei Federal nº 12.852 de 05 de agosto de 2013

BRASIL. SAE. Juventude levada em conta. Demografia. Brasília: SAE, 2013. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>> Acesso em: 13/05/14

BUENO, F. S. Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2001.

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Um Ensaio Sobre a Participação Política da Juventude Brasileira**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Agosto de 2009. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf>> Acesso em: 12/05/14

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. **A invisibilidade da juventude na vida escolar**. In: **Perspectiva: revista do Centro de Ciências da Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Volume 22, n. 2 – Florianópolis. Julho/dezembro 2004. p.325-343. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2004_02/05_artigo_luiza_camacho.pdf> Acesso em: 03/06/14

CAMARANO, Ana Amélia. MELLO, Juliana Leitão e. PASINATO, Maria Tereza. KANSO Solange. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro**. Última década. nº 21, Cidpavalparaíso, Dezembro de 2004, p. 11-50. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n21/art02.pdf>> Acesso em: 08/05/14.

CAVALCANTI, Rafaela Satiro de Souza. **Juventude, Violência e Escola – ressignificando conceitos e representações**. Revista de Ciência Humanidades em Foco. Ano 3-Nº 5-Abr/Mai/Jun de 2005. <http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades_foco/anteriores/humanidades_5/html/sociedade_juventude.htm>

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **GeoTextos**, vol. 6, n. 2, dez. 2010. Rita Jaqueline N. Chiapetti 139-162. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4834/3583>> Acesso em: 24/06/2014.

COIMBRA, Cecília; BOCCO Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Subvertendo o conceito de adolescência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia. V.57 n.1 Rio de Janeiro jun.2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672005000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 15/04/14

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **O adolescente como protagonista**. Instituto Ayrton Senna.

DAYRELL, Juarez. **O Jovem como sujeito social**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/dez 2003a Nº24. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>> Acesso em 05/05/14

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Observatório Jovem, 2003b. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/documento/jovens-no-brasil-dif%C3%ADceis-travessias-de-fim-de-s%C3%A9culo-e-promessas-de-um-outro-mundo>> Acesso em: 25/05/14

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana. **Juventude, Pobreza e Ações Sócioeducativas no Brasil**. GT: Movimentos sociais e Educação / n.03. Agência Financiadora: CNPq. Disponível em: < <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT03-2880--Int.pdf> > Acesso em : 23/04/14

DUARTE, Beatriz Balena. **O vestibular é apenas um passo na escolha profissional. Mundo Jovem**. Porto Alegre, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-juventude-dnj/edicao-342-entrevista-o-vestibular-e-apenas-um-passo-na-escolha-profissional?dt=1>> Acesso em: 09/06/14

ESTEVES, Luiz Carlos Gil & ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Juventudes: Pelos outros e por elas mesmas**. VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. 25 a 28 de Junho de 2008.

FONSÊCA, Paulo Americo Barreto da. **ALGUNS ASPECTOS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL**. Trabalho publicado em 1º de Semestre de 1989, na Revista do CEPEJ/UFBa. – Nº 03. Disponível em:<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32230-38419-1-PB.pdf> > Acesso em: 15/05/14

GONÇALVES, Hebe Signori; BORSOI, Tatiana dos Santos; SANTIAGO, Marisa Antunes ; LIMA, Isabela Nery ; LINO, Michelle Vilaça ; FEDERICO, Roberta Maria . **Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais**. Psicologia e Sociedade, v. 20, p. 217-225, 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a09v20n2.pdf>> Acesso em: 10/06/14

GONZALES, Zuleika Kohler; GUARESCHI, Neuza Maria de Fatima. **O protagonismo social e o governo de jovens**. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv* [online]. 2009, vol.7, n.1, pp. 37-57. ISSN 1692-715X. Disponível em:<<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v7n1/v7n1a02.pdf>> Acesso em: 20/05/14

GUIMARÃES, Gilselene Garcia; MACEDO, Juliana Gomes de. **Culturas Juvenis: Uma Ressignificação Contemporânea?** Disponível em:<http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_006/CULTURA/PDF/Culturais%20Juvenis.pdf> Acesso em: 09/04/14

HAYASHI, Maria Cristina; HAYASHI, Carlos Roberto; MARTINEZ; Claudia Maria. **Estudos sobre Jovens e Juventude. Diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira.** Educação, Sociedade & Cultura nº27, 2008, 131-154. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_cristina.pdf> Acesso em: 06/05/14

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento.** In: *Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.* Florianópolis, 2., 2007. Disponível em:<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf> Acesso em: 03/06/14

Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão & AQUINO, Luseni

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?.** In: Estudos de Sociologia. Araraquara. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP,18/19, 193-203, 2005. Disponível em:<<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/123/121>> Acesso em: 23/05/14

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito menor.** In DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil.* 5ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 129-145.

MACHADO, Fernanda Quixabeira. **ASCENSÃO JOVEM NOS ANOS 1950.** Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História.* ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em:<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XVIII/Fernanda%20Quixabeira%20Machado.pdf>> Acesso em: 20/05/14

MARGULIS Mario. URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. Disponível em: <http://correo2.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis_y_marcelo_urresti_-_la_construccion_social_de_la_condicion_de_juventud_urresti.pdf> Acesso em: 08/05/14

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud** In: Margulis, Mario. (org.). Buenos Aires, Biblos, 1996. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf> Acesso em: 24/04/14

MARGULIS, Mario. **Juventud: una aproximación conceptual.** In: BURAK, Solum Donas (org.). *Adolescência y Juventud en América Latina.* Cartago: Libro Universitaria Regional, 2001, p. 41-56.

MARIANI, Geovana Cristina de Almeida. **“Jovens de Projeto”: Um estudo de caso sobre os jovens do programa jovem aprendiz no município de Vitória/ES.** Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de pós-graduação em educação, Mestrado em educação. Vitória 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p 21-65

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na Universidade**. São Paulo; Parábola Editorial, 2010.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **DELINQUÊNCIA JUVENIL: UMA REVISÃO TEÓRICA**. *Act.Colom.Psicol.* [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 69-77. ISSN 0123-9155. Disponível em:<<http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n2/v13n2a07.pdf>> Acesso em: 15/05/14

NICOLAU JUNIOR, Mauro. O jovem em conflito com a lei. Medida sócio educativa – critérios de aplicação e avaliação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 39, mar 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3707>. Acesso em: 14/05/14

NOGUEIRA, Quéfren Weld Cardozo. **Esporte, desigualdade, juventude e participação**. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.)*[online]. 2011, vol.33, n.1, pp. 103-117. ISSN 0101-3289. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a07v33n1.pdf>> Acesso em: 04/06/14

NOVAES, Regina Reyes (2007). **Políticas de juventude no Brasil: Continuidades e rupturas**. In Osmar Fávero, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano & Regina Reyes Novaes, *Juventude e contemporaneidade* (pp. 253-281). Brasília: UNESCO/MEC/ANPED.

PAIS, José Machado (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Juventude, juventudes**. *Revista Teoria e Debate* Edição 99. 12 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/juventude-juventudes?page=0,1>> Acesso em 12/05/14

PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Pereira. **Formação em Serviço Social, política Social e o Fenômeno do Envelhecimento**. Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil. SESu/CAPES. Ministério da Educação. Brasília, 12 maio 2005. Disponível em www.portaldoenvelhecimento.net Acesso em 20 jul. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/envelhecimento/formacaosocialpotyara.pdf>> Acesso em: 23/06/2014

ROCHA, Maria Meriane Vieira; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Competência Informacional e Atuação do Profissional da Informação – Bibliotecário**. Universidade Federal da Paraíba, VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Outubro de 2007. Disponível em:<<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT6--028.pdf>> Acesso em: 05/06/14

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. (2008). **Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões.** *Cadernos de Educação*, 1(30), 149-166. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1768/1643>> Acesso em: 09/06/14

SALES, Mione apolinario. (2007). **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência.** São Paulo: Cortez. 360p

SANTOS, Cristiane Ferreira dos; ARIENTE, Marina; DINIZ, Marcos Vinícios. Cardoso; DOVIGO, Aline Aparecida. **O Processo Evolutivo entre as Gerações X, Y e Baby Boomers.** In: SemeAd, Seminários em Administração, Outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/221.pdf>> Acesso em: 23/06/2014

SANTOS, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Ana Lise Costa de. **PROTAGONISMO JUVENIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.** VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristovão, 2012. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_03/PDF/25.pdf> Acesso em: 21/05/14

SILVA, Adriana; MACHADO, Helena. **A reconstrução identitária nos jovens institucionalizados em Centro Educativo.** VII Congresso Português de Sociologia 19 a 22 Junho 2012. Universidade do Porto – Faculdade de Letras - Faculdade de psicologia e Ciências da Educação. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0646_ed.pdf> Acesso em 13/05/14

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. **Adolescência e Juventude: Entre Conceitos e Políticas Públicas.** *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*; São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n. 2, p. 87-106.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho. **A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades.** In: CASTRO, Jorge Abrahão & AQUINO, Luseni Maria C (orgs) *Juventude e políticas sociais no Brasil.* Brasília: IPEA, 2009. p.43 – 70 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf

SILVA, Maria Delfina Farias Dias Tavares da; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos and ARANTES, Mariana Castro. **Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores.** *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 791-798. ISSN 1413-7372. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a17.pdf>> Acesso em: 15/05/14

SILVA. Maria Liduina de Oliveira e. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores.** *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 83, p.30-48, 2005.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. 2006, Florianópolis: v. 5 n. 8. (pp. 9-30).**

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.24, p.1-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 23/05/2014.

SPOSITO, Marília Pontes; CARVALHO E SILVA, Hamilton Harley de; SOUZA, Nilson Alves de. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 238-257. ISSN 1413-2478. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>> Acesso em: 28/05/14

STRECK, Valburga Schmiedt. Pesquisando juventude no contexto brasileiro: algumas considerações de um novo tema de estudo. *UNIrevistav.* 1, n. 2, abr., 2006. http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Streck_2.pdf

TASHIRO, Jéssica Nardo Vieira; TRUFEM, Sandra Farto Botelho. **IDENTIDADE JOVEM E PARTICIPAÇÃO.** Pesquisa em Debate, edição especial, 2009 ISSN 1808-978X. Disponível em: <http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_28.pdf> Acesso em: 21/05/14

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas.** *Barbaroi* [online]. 2010, n.33, pp. 82-103. ISSN 0104-6578. Disponível em:< <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n33/n33a06.pdf> > Acesso em: 15/05/14

APÊNDICE

APÊNDICE I – Questionário

APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APÊNDICE I

Sexo: ☐ Masculino - Idade:

☐ Feminino

01 - Você se considera jovem ou adolescente?

02 - Para você o que é ser jovem ou adolescente hoje?

03 - Na sua opinião, quais são os principais problemas que os jovens/adolescente enfrentam hoje?

04 - Na sua opinião, houve mudanças entre a sua vida e a da dos seus pais? Quais?

06 - Você já conversou sobre sexualidade com alguém? Quem? (família, amigos, professores).

07 - Para você, qual a importância da escola na vida dos jovens?

08 – Em que série você está? Já reprovou alguma vez?

09 - Pretende fazer vestibular? Qual o curso?

10 - Na sua opinião quais são as alternativas de vida para um jovem hoje?

11 - Você frequenta alguma atividade esportiva. Se sim, quais e se não, por quê?

12 - Para você, qual a importância do esporte na vida dos jovens?

13 - Quais são os locais que você frequenta nos períodos de folga, final de semana, feriado, etc?

14 - Quais locais você gostaria de frequentar nos períodos de folga, final de semana, feriado, etc?

15 - Você assiste à televisão? Quais são seus programas preferidos?

16 - Qual estilo musical você gosta de ouvir?

17 - Você utiliza alguma rede social? Qual? Para que finalidade?

18 - Onde você acessa? (Casa, trabalho, internet móvel, etc.)

19 - Depois que sair do CIASC, tem pretensão de trabalhar com o quê?

20 - Você contribui nas despesas de casa?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou realizando uma pesquisa enquanto aluno concluinte do Curso de Graduação de Serviço Social acerca do tema juventude. Sendo assim, gostaria de solicitar que você autorize seu dependente a responder o questionário em anexo, para que se faça um perfil dos jovens que desenvolvem suas atividades laborais no Centro de Informática e Automação de Santa Catarina – CIASC.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, autorizo voluntariamente meu dependente _____, em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.

Florianópolis,

Assinatura do Declarante

Contato do pesquisador:
Lucas Bittencourt de Souza
(48) 9622-9143